

Expresso

DIRECTOR: FRANCISCO PINHO BALESTRÃO - SEDE: RUA DUQUE DE PALANCA, 25 - 2.º - TELEFONOS: 0338-811-43148 - LISBOA

24 horas

No Ministério do Trabalho comissões legislativas estudam nova regulamentação

FORÇA quadrada do Ministério do Trabalho estudou legislação que visa a criar e a ampliar o grupo de trabalho em empresas que possuam 20 ou mais trabalhadores. A medida prevê a criação de comissões legislativas para estudar a regulamentação da nova legislação.

O problema da gestão de mão de obra estudada, que a legislação prevê ser objeto de análise, representa, segundo os responsáveis, uma das áreas em que a legislação europeia de trabalho se diferencia mais de modo a ser aplicada em Portugal.

Industriais respondem a Interindustrial

INDUSTRIAL, Associação das Indústrias portuguesas, reagiu de forma crítica à Comunicação da Comissão Europeia, sobre o plano de trabalho da Interindustrial para o período de 1982-83.

Em resposta à publicação de uma grande reportagem de imprensa sobre o plano de trabalho da Interindustrial, a Associação das Indústrias portuguesas reagiu de forma crítica.

Jornal "Revolução" órgão do P. R. P.

COMUNICAÇÃO de imprensa do jornal "REVOLUÇÃO" afirma que o jornal não é o órgão oficial do Partido Revolucionário Português (P. R. P.), mas sim um órgão de expressão da opinião pública. O jornal afirma que o P. R. P. não tem qualquer influência sobre o jornal.

Revista "R & T" cessa publicação

A REVISTA "R & T", a mais antiga publicação de economia e comércio de Portugal, cessa a publicação em 30 de maio de 1982. A revista foi fundada em 1962 e teve uma longa e frutuosa trajetória.

Após que um conjunto de circunstâncias laborais, de natureza técnica, levou a uma interrupção da publicação da revista, a "R & T" decidiu encerrar as suas atividades.

Ramos da Costa e Pinto Balsemão em Washington

O MINISTRO das Relações Exteriores português, o Sr. Ramos da Costa, e o Primeiro-Ministro português, o Sr. Pinto Balsemão, chegaram a Washington para uma reunião com o Secretário de Estado para os Assuntos Europeus dos Estados Unidos.

Palma Carlos avista-se com ministro holandês

O MINISTRO das Relações Exteriores português, Sr. Ramos da Costa, avistou-se com o ministro holandês das Relações Exteriores, Sr. Van den Broek, em Bruxelas.

O "EXPRESSO" a 5500
Conteúdo em anexo ao jornal
O "EXPRESSO" acompanha o seu conteúdo em anexo ao jornal. O conteúdo do anexo varia de acordo com o número da edição.

Em Paris com Senghor a delegação portuguesa às conversações de Londres

LONDRES (Europa hoje) - A delegação portuguesa, liderada por Senghor, chegou a Paris para se preparar para as conversações de Londres. A delegação inclui membros do governo português e representantes da comunidade portuguesa em França.

Administração local: partidos não querem representação unitária

A POLÍTICA que visa a criar um sistema de administração local unitária, que permita a representação de todos os partidos políticos, não é bem recebida pelos partidos políticos.

Resumo de notícias

O Partido Socialista (PS) anunciou a criação de um departamento de relações públicas. O departamento será responsável por todas as comunicações do partido.

Direito de associação

O direito de associação é um dos princípios fundamentais da democracia. Este direito garante a todos os cidadãos a liberdade de se associarem para a defesa dos seus interesses.

Deslocados

Os deslocados são pessoas que foram obrigadas a abandonar os seus locais de origem devido a circunstâncias excecionais, como a guerra ou a perseguição política.

Despedida oficial

Um despedimento oficial é aquele que é feito de acordo com as regras estabelecidas na legislação laboral. Este tipo de despedimento garante ao trabalhador certos direitos.

A "abertura a Leste" de Lisboa começou na Roménia e Iugoslávia

ENVIADOS portugueses chegaram a Londres para negociar a abertura de relações diplomáticas com a Roménia e a Iugoslávia. A abertura de relações é vista como um passo importante na política externa portuguesa.

Alguns aspectos da abertura de relações com a Roménia e a Iugoslávia incluem a criação de comissões mistas de cooperação técnica e a realização de reuniões bilaterais entre os governos português e dos países em questão.



AS NEGOCIAÇÕES DE LONDRES com o fim da colonização à vista.

Galvão de Melo na RTP provoca controvérsia

A nomeação de Galvão de Melo para a RTP (Rádio e Televisão Portuguesa) provocou uma controvérsia entre os meios de comunicação e o público.

Galvão de Melo, conhecido por suas opiniões políticas e culturais, foi nomeado para a RTP. Alguns críticos argumentam que a nomeação é apenas uma tentativa de manipulação política.

Criadas as Secretarias de Estado da Emigração e do Trabalho

FORNHECEREMOS ao Sr. M. de Almeida, ministro da Emigração e do Trabalho, o texto da proposta de criação das Secretarias de Estado da Emigração e do Trabalho.

Importação de pedras preciosas

Uma comissão de trabalho foi criada para estudar a importação de pedras preciosas. O objetivo é regularizar o comércio e garantir a qualidade dos produtos.

Spínola converteu em Coimbra com manifestantes pró-PAIGC

Um ato de homenagem foi realizado em Coimbra em homenagem ao General Spínola. O ato foi organizado por manifestantes pró-PAIGC (Partido Armado das Ilhas da Guiné e Cabo Verde).

Despedida oficial de um funcionário da empresa. O despedimento foi feito de acordo com as regras estabelecidas na legislação laboral.

Um ato de homenagem foi realizado em Coimbra em homenagem ao General Spínola. O ato foi organizado por manifestantes pró-PAIGC.

Um ato de homenagem foi realizado em Coimbra em homenagem ao General Spínola. O ato foi organizado por manifestantes pró-PAIGC.

Um ato de homenagem foi realizado em Coimbra em homenagem ao General Spínola. O ato foi organizado por manifestantes pró-PAIGC.

pontualidade com

Memomatic Omega

Omega Memomatic
O relógio de pulso que a ajuda a ser pontual, que a lembra, com 1200 horas de marcha a que não se detém, e se ajusta automaticamente. O relógio Memomatic é um relógio automático.

Omega Memomatic
a sua memória automática



No Ministério do Trabalho comissões legislativas estudam nova regulamentação

FORAM constituídas no Ministério do Trabalho comissões legislativas que estão já a estudar a nova definição jurídica dos organismos de função sindical e assistencial, sobretudo através de fontes ligadas a esse Ministério. Tais comissões propõem-se ainda estabelecer nova reformulação de funcionamento dos serviços, com substituição ou não dos responsáveis pelas Direcções-Gerais.

A regulamentação, que atualmente em estudo deverá incidir prioritariamente sobre os sectores de trabalho até agora praticamente sem protecção. É o caso de conflitos do tipo laboral que têm vindo a ser resolvidos por intervenção directa de comissões de trabalhadores, na falta de estrutura sindical em que se apoiem para encaminhar por via legal as suas reivindicações.

O problema da greve não está ainda solucionado, já que a legislação ainda em vigor não admite interrupções colectivas de trabalho, mas sabe-se que é uma das questões que não devem tardar a ser regulamentadas, dada a urgência de a integrar no esquema de reorganização sindical.

Industriais respondem à Intersindical

NUMA INICIATIVA dos industriais portugueses, acaba de ser criada a Confederação da Indústria Portuguesa, como órgão representativo e cerneamente uma resposta das entidades patronais à Intersindical.

A ideia teve já a adesão de um grande número de empresários os quais encontram nesta uma via de representação dos seus interesses.

Utilizando o esquema já usado em alguns países do norte da Europa, a referida Confederação divide-se em federações que, por sua vez, se subdividem em associações de indústrias.

Foi também nomeada uma comissão, composta por representantes das diversas federações, com o objectivo de se organizar com a maior brevidade possível um plenário da indústria.

Jornal "Revolução" órgão do P. R. P.

COMEÇA hoje a publicar-se o jornal «REVOLUÇÃO» — porta-voz do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) — Brigadas Revolucionárias (BR). O editorial do primeiro número de «REVOLUÇÃO» refere-se ao desmoronamento do regime fascista com o golpe insurreccional do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril e sublinha que os objectivos do PRP e a sua linha estratégica, proclamados no Congresso de Setembro de 1973 não sofreram alterações: «o PRP, partido de vanguarda e consciência teórica da classe, será um instrumento ao serviço das organizações autónomas, um organizador, um ponto de confluência e de conjugação dos vários níveis e formas de luta, perspectivando-as no sentido da violência revolucionária, da tomada do poder pelo proletariado, da Revolução Socialista».

«REVOLUÇÃO» será o porta-voz desta linha estratégica e, ao mesmo tempo, um instrumento de debate sobre problemas de ordem tática que se colocam a classe operária em cada fase da luta.

Revista "R & T" cessa publicação

A REVISTA «R&T», o mais antigo semanário de espectáculos e também o mais barato do mercado, cessa, com o número de hoje, a sua publicação regular «sem prejuízo das indemnizações legais devidas a cada um dos profissionais que nela actuavam trabalhavam», anuncia-se numa carta da administração da Radioprel, proprietária daquela publicação, ontem enviada a todos os elementos do quadro redaccional.

Allegando que um conjunto de circunstâncias independentes da sua vontade concorreu para a decisão tomada, a administração da Radioprel lamentava o encerramento da revista. Entre outras, eram referidas as seguintes circunstâncias: «crise mundial do papel»; «agravamento contínuo e incompatível do preço daquela matéria-prima»; e a inviabilidade do «prosseguimento da publicação da revista, nos moldes actuais, sendo certo que, face a política do Governo, recentemente anunciada, não é possível encerrar um aumento de preço de venda ao público ou das tabelas de publicidade que, de algum modo, pudessem compensar os incompatíveis aumentos de encargos».

A Radioprel e uma empresa também pertencente ao Grupo Quina. Aquele grupo económico possui ainda os seguintes títulos na imprensa: «Diário Popular», «Jornal do Comércio», «Comércio do Porto» e «Record».

Ramos da Costa e Pinto Balsemão em Washington

O MINISTÉRIO dos Negócios Estrangeiros convidou os *des.* Ramos da Costa, do Partido Socialista Português e Francisco Pinto Balsemão, do Partido Popular Democrático, para se deslocarem, no princípio da próxima semana, a Washington, onde se realiza uma assembleia dos parlamentares da NATO.

Como em Portugal a Assembleia Nacional foi extinta, os representantes portugueses estarão presentes na reunião na qualidade de observadores. Intervirão, no entanto, nos trabalhos, informando sobre a situação em Portugal.

Palma Carlos avista-se com ministro holandês

O PRIMEIRO Ministro português, prof. Palma Carlos, receberá depois de amanhã, pelas 12 e 30, no Palácio de S. Bento, o ministro dos Negócios Estrangeiros holandês.

A ("nova") estratégia da direita em Portugal

NO DIA 24 de Abril a direita era o regime. Um mês volvido, ela constitui a "oposição". A oposição mas inerte e iminente que se poderá preparar a "consolidação da sociedade democrática". É isto porque oposição partidária, mas sobretudo porque oposição global ao "status quo".

Por detrás da multiplicação inúmeras das organizações políticas em que se enquadra, encontra-se, muito mais profunda, a estratégia de uma Direita cujo objectivo essencial é o de minar, económica, social e politicamente, a sociedade democrática. Antes mesmo de prevenir a sua evolução mais ou menos acelerada, para a construção de um sistema socialista. Tal como há pouco mais de um mês essa mesma Direita, que hoje pode aparentar uma adesão ao jogo democrático, parecia perfeitamente conforme com um regime anti-democrático.

Por estas e outras boas razões terá muito interesse avançarmos pautas de reflexão sobre a ("Nova") estratégia da Direita em Portugal.

Temor e desorganização

Os dias que se seguiram ao 25 de Abril não puderam deixar de provocar nos aderentes do regime deposto reacções de temor. A ligação de muitos deles a estruturas radicais, susceptíveis de saneamento, a insegurança quanto ao futuro próximo, a sua implicação em esquemas, cuja descoberta e destruição era previsível — estiveram na base desse temor.

Mas, para toda uma "clivela" política a preocupação a mais fundo — tratava-se de ver posto em causa um "status quo" que servia de fundamento às tantas vezes de alibi para um determinado teor de vida, "status" que se aceitava constituir um parâmetro indiscutível da vida nacional.

Superar que o temor e a desorientação do momento foram as únicas reacções da Direita portuguesa seria diminuir as forças de vário indole nela enquadradas.



Kaúlza de Arriaga: uma presença discreta

Num quadro muito sumário decomparamo-las em grupos:

- a) forças policiais e paramilitares;
- b) forças políticas e administrativas;
- c) forças económicas;
- d) factores de natureza externa.

As forças policiais e paramilitares, a que competia a prevenção e repressão das actividades hostilizadas pela ortodoxia do regime deposto constituíram o alvo primeiro das Forças Armadas no poder. E bem.

A abolição da censura, a extinção de organismos paramilitares e o saneamento dos policiais foram passos importantes depois do 25 de Abril. Pode mesmo dizer-se que a maioria dos núcleos contra-revolucionários "activos" foi extirpada. Cumpre, no entanto,

não esquecer estruturas menos complexas, mas operacionais, como os Serviços Especiais da Legião Portuguesa ou a "Vanguarda", que funcionou junto da então Subsecretaria da Juventude e Desportos em 1965 e 66, e depois em ligação com a Acção Nacional Popular.

Contudo, de uma maneira geral, pode dizer-se que o panorama presente é, na sua aparência, de uma paralização deste primeiro tipo de forças.

Quanto às forças políticas, a extinção da ANP viu-se pôr fora do jogo democrático um partido que, em sua existência, considerou como bastar o apoio a um regime avesso à democracia.

Esta extinção deverá ser colhido de uma só vez as estruturas administrativas da ANP montadas

falhas reveladas muito débeis durante os quatro anos de duração, bem como alguns séculos que apontaram no "agendamento" do regime anterior no momento preciso do seu ocaso: é o caso, por exemplo, do Centro de Estudos em formação sob o patrocínio da então ministro Silva Pina, e que teria a sua reunião "luzes" na noite em que, ao arripio da percepção apertada, era desencadeado o Movimento Militar.

Como é evidente, os aderentes à ANP pertenciam a um de dois grupos: ou eram convictos (número escasso, como sempre foi o elenco dos "marxistas" e até "salazaristas" convictos) ou eram "oportunistas", qualquer que fosse o intuito que os movia à adesão (ambição profissional, política ou monetária). Dos segundos, não admirará que a maioria tende manifestar uma rápida "adesão" ao novo regime. Assim sucedeu sempre em situações semelhantes.

No todo, fica uma "clientela" política limitada em número, e muito mais em convicção, mas que, ao ver-se privada de benesses, privilégios, posições sociais, se prepara para o que possa aparecer de "direita" organizada.

O mesmo sucede, em escala diversa, com a "clientela" administrativa, desde os administradores por parte do Estado e delegados do Governo, e até aos directores gerais, governadores civis, presidentes das Câmaras, em suma autoridades administrativas mais relevantes a nível central e local.

Esta "clientela" será dificultada em esboçar uma adesão minimamente convincente ao novo regime, em período de saneamento que durará mais algum tempo, pelo que engrossará o elenco eventual de uma "direita" a aparecer.

O que fica dito, em termos numéricos, e considerando o braço tentacular de um regime com 48 anos de vida, poderia representar uma massa apreciável de recrutamento e acção política para a "direita".

Mas cumpre atender a três factores consultivos: o medo de alinhar e votar à direita, a "convenção" que aquela massa procura, e a sua desorganização. Dos três últimos, este é o factor fundamental. O medo que decorreu depois do 25 de Abril veio confirmar a mesma desorganização e ineficácia que a "direita" portuguesa não pode.

Poder económico

O poder económico também, em larga medida, se sentirá conduzido a apoiar esta larga frente de orientações políticas.

Em que medida?

Por um lado, os grupos económicos que mais flagrantemente sustentaram o regime anterior trabalharam em sentido não favorável ao actual.

Por outro lado, sectores económicos mais avançados, incluindo médias empresas, poderão ter visto com receio o aparecimento de ondas reivindicativas consecutivas e múltiplas de natureza socio-profissional.

A predisposição poderá, pois, em muitos casos, ser a de apoiar, sendo mesmo suscitar ter isto poderá ter já acontecido ou vir a acontecer no futuro) o apo-



Veiga Simão: um "leader" vantajoso

recimento de grupos políticos de reacção.

Contra essa predisposição teremos, porém, vários factores:

a) a posição de muitos grupos económicos que tenderão a aceitar, em principio, as situações políticas vigentes, tentando impressioná-las no sentido considerado mais favorável aos seus interesses.

Só quando se convencerem da isoperância desta acção, entrarão deliberadamente no campo da contra-revolução;

b) os grupos económicos portugueses, mesmo os melhores organizados, reagiram com total desorientação à mudança introduzida pelo 25 de Abril, bem como aos avanços das massas trabalhadoras que se lhe seguiram.

Não correspondem, por exemplo, à estratégia de conjunto de uma Intersindical qualquer resposta também de conjunto do patronato! Este preferiu aceitar antes ir a rebuque dos acontecimentos, de forma dispersa, quando não tentou demagogicamente salvaguardar uma posição prejudicial para os interesses colectivos.

Além do mais, em período de transição, o patronato, decerto por má consciência de uma situação de privilégio inerente de décadas, chegou a ter pudor de ser patronato.

O exemplo suggestivo é o das quotas retribuições promovidas por uma importante associação patronal em que presidentes de conselhos de administração de grandes empresas faziam questão de esclarecer que se consideravam meros "quadros", alheios às grandes linhas de acção empresarial.

c) Finalmente, o patronato português, habituado a um sistema proteccionista que assegurava, em tantos casos, a sua subsistência sem grande esforço, é lento a reagir a quaisquer estímulos externos. Há que contar com um período de reacção antes de cujo decorrer não serão significativas as tomadas de posição global deste sector.

Factores externos

Tem sido apontadas as ligações evidentes do antigo regime e das suas forças políticas com o regime espanhol. Deste há, realisticamente a esperar as maiores reticências à actual situação política portuguesa, sendo até complacência passiva ou activa para com grupos de reacção existentes ou a organizar em território espanhol.

Também é um facto a atenção mais do que demonstrada com que a CIA acompanha a evolução dos acontecimentos em Portugal, decerto com uma expectativa mais serena do que a das autoridades espanholas, mas, em qualquer caso, uma expectativa vigilante.

Estes, dois os factores externos de que se tem mais largamente

falado. Mas outros há, que, apesar de menos evidentes, nem por isso devem deixar de ser apontados. Eles correspondem a uma estratégia "democrática" de grupos de direita. É o caso do eventual apoio das duas democracias-cristãs com posição mais conservadora na Europa (a italiana e sobretudo a alemã) e as forças políticas portuguesas. Cumpre não esquecer o relevo da democracia-cristã alemã chegaram, ao vigência do antigo regime, a manifestar a sua simpatia para com a política africana alemã.

Não menos relevante é o contacto e eventual apoio dos Republicanos Independentes franceses aos seus congéneres nacionais. Como é sabido, o Governo francês acompanhou sempre com particular atenção a política africana de Marcello Caetano, e vários técnicos militares portugueses foram colher devida preparação a França (p. ex., em militar).

Giscard d'Estaing foi, dos membros do anterior Governo francês, um dos que melhores relações manteve com o anterior "status quo" nacional.

Duas táticas

E possível distinguir na estratégia da direita duas táticas verosímeis: uma legalista, "democrática". A outra contra-revolucionária, clandestina.

A segunda será, normalmente, de efeitos mais lentos, já que exige núcleos militantes que demorem a constituir-se. Mesmo com apoio externo, não pode contar com a benevolência das Forças Armadas, e só tenderá a agir esporádicas outras vias persuasivas ou legalistas, ou então verificado um agravamento substancial da situação económica.

A via legalista, para ser bem jogada, postularia algumas condições:

1) que a direita aparecesse unida;

2) que ela se assegurasse do apoio de importantes grupos económicos;

3) que garantisse o apoio discreto de figuras revelantes do regime deposto;

4) que aparecesse com uma fachada demagogicamente "agornata";

5) que possuísse em lugares de chefia nomes aparentemente não competetidos com o anterior regime;

6) que fomentasse a criação de um partido de extrema-direita que constituísse o alibi para a sua "moderação";

7) que reforçasse contactos com a direita mais conservadora europeia;

8) que se utilizasse, para o efeito de organização, de ficheiros de aderentes do último regime, ou de ficheiros administrativos a que tivesse acesso.

Quais os objectivos dessa direita?

Primeiro, aproveitando-se da "clientela" política e administrativa, do regime abolido,

alargar os seus quadros. Depois, aproveitando-se da sua praticamente total ausência do Governo Provisório, atacar a orientação económica e social deste, tentando fazer esquecer o legado catastrófico do anterior regime. Ainda, tirando partido de tensões sociais, muitas das quais transitorias, corporizar a ordem e segurança, sem explicar o que era a ordem autoritária e a segurança opressora do antigo regime.

Alcançada, por si própria, uma acentuada margem eleitoral, essa direita tentaria reflectir a evolução política no sentido de assumir o poder, só ou em coligação com o centro.

Este caminho significaria, a prazo maior ou menor, a queda do regime democrático.

A ser baldado este esforço, então poderia aparecer a via mais radical, como no Chile, a tentar outros meios para um objectivo similar.

Dispersão

Como se tem realizado a tática delineada?

Em primeiro lugar, a direita não tem aparecido unida. Não só porque partidos de centro-direita ou direita moderada foram aparecendo em número já significativo, - mas também porque parece prevalecer a preocupação de grupos múltiplos de se assegurarem de uma certa voz política em Portugal.

Primeiro surgiu o Movimento Federalista Português, agrupando sectores de direita radical, e alguns dos abieitos da associação "Programa". A sua posição é muito digna quanto ao Ultramar federalista, e pouco conhecida quanto alguns outros pontos chave da vida nacional.

Depois, apareceu o Partido



Adriano Moreira: a eminência parda?

Democrático-Cristão, cujos aderentes, tendo desde o início revelado posições "demo-cristãs", começaram por se intitular "cristão-social-democratas".

Defendendo no seu programa um Estado Plurinacional Português, e não a independência dos territórios africanos, o PDC vai ao ponto de adoptar o princípio "integracionista" de moda única para todos os territórios sob a soberania portuguesa. No plano económico, o PDC, preconiza um neoliberalismo.

O PDC, tal como o MFP, não aderiu ao Movimento Democrático Português, e foi muito hostilizado por vários sectores católicos pela confessionalidade que assumia. Até ao momento sabe-se que procura uma sede, prepara a sua primeira reunião pública de propaganda para daqui a duas semanas, e se reclama de uma fracção de 40% do eleitorado ("a maior silenciosa").

Parecida reivindicação faz o recém-surgido Partido Liberal, agrupando individualidades que de certo procuraram num nome mais atraente e num programa melhor elaborado do que o da DC um chamaria para o mesmo círculo.

Um e outro partido, sem "leaders", sem presença no Governo Provisório, sem aparecimento em comissões ou mesas-redondas, agrupando os partidos considerados mais representativos, irão tentar alargar as bases, para o que contam desde já com dificuldades por ausência de sedes regionais e locais.

Em qualquer caso, cortam algumas hipóteses a um partido de direita unida que quisesse aparecer amanhã em toda a sua força. E, qual poderiam ser a linha e os apoios desse partido?

Apoios económicos, são vários os aventáveis, mas partilhados com os que os grupos económicos considerassem oportuno conceder a outras organizações políticas da direita.

Apoios políticos de personalidades do antigo regime não faltarão aos novos Republicanos Independentes. Não foi Kadiza de Arriaga, por exemplo, que faleu em constituir, ou agregar-se a um Partido que apelidos de centro-direita? Presença, de resto, discreta.

Um excepção neste plano tem sido Veiga Simão. Desmentindo embora a sua participação em partido, a sua ausência do Conselho de Estado, e o facto de se conhecer que teria elaborado um programa partidário conjuntamente com o RI poderão significar a sua liderança no novo partido.

Liderança em que algumas pessoas ligadas ao FRI vêm a vantagem de uma difusão do Partido em redes escolares, apontando, por exemplo, a rede dos professores primários, junto do qual pensam que seria fácil penetrar o FRI.

Cremos, no entanto, que poderá ser contra-productivo o esquecer-se as reacções negativas muito amplas que a imprensa e obra de Veiga Simão desencadeia em sectores da vida portuguesa, sobretudo à medida que se for tendo a consciência do estado em que foi deixado o antigo departamento da Educação Nacional.

Cumpre, então, saber qué personalidades "mederadas" poderão esboçar o FRI?

Um grupo estaria, há meses

atrás, em condições para jogar este jogo a "nova direita", de que o EXPRESSO tanto falou.

Esse grupo, porém, decidiu jogar no declinar do período marcelista. Os seus membros foram para o Governo (Alberto Xavier, Pappo Correia, Augusto Ataíde, Ivo Cruz), outros inspiraram medidas

governamentais, outros ainda alinharam no grupo preparatório do Centro de Estudos da ANP.

Hoje, eles estão muito definidos, para poderem ser outra coisa senão "direita".

É certo que tentavam apresentar uma fachada muito "avancada", mas a fachada é o menos importante depois, na prática política.

É certo que gostariam de criar a sua direita outra associação ou partido, mas a extrema-direita ou joga na via não legal, ou se junta à direita que lhe parecer esqueceu.

Finalmente, apreciariam entrar em contactos (para-eleitorais) com o centro e o centro-esquerda.

Simplemente, parece improvável que o centro-esquerda o queira. O PPD, definido pela presença de uma massa de sociais-democratas antigos componentes e candidatos da CED e da CEUD, pela presença de elementos do Directorio da Acção Social-Democrata, parece mais inclinado a manter a sua vida autónoma, com eventual cooperação com o Partido Socialista, do que a aceitar uma coligação com pendor de serviços, que poderia fazer perigar o futuro da democracia em Portugal.

Idêntica posição deverá ser a do pequeno mas aguçado PPM, cujas linhas de acção futura se poderão, porentanto, cruzar com as do PPD.

Sendo esta situação que se depara ao FRI (se não houver também alterações no nome, para encontrar um mais convidativo), que se poderá esperar dele?

Antes do mais, o esforço de tornar consistente a convicção de que ontem concordava com um regime anti-democrático, pode hoje ser democrata fervoroso, e até apresentar um programa de "vaquarda".

Depois, a procura de personalidades que lidam a linha do Partido. Nem sequer estaria totalmente afastado que funcionem como armas da direita todos os delízes intencionais ou não dos agrupamentos no poder.

A proximidade do termo do regime autoritário depondo e a lembrança da experiência chilena, em que Frei ponderava que uma vitimização à direita beneficiaria a DC que a cobria por todos os meios, é afinal veio gerar uma ditadura fascista (isto factores em que a direita terá de atentar ao agir politicamente em Portugal).

Resta saber se essa direita vai ser capaz de aceitar a democracia e o seu funcionamento, sem resistir, à tentativa de encontrar um "leader" carismático e de submeter o povo português a uma nova situação de autocracia desrespeitadora dos direitos humanos, e conservadora do subdesenvolvimento colectivo.

O. F.

COELHO, José Gabriel Pinto; SILVA, Helena Vaz de

Galvão de Melo na RTP provoca reacções

A COMUNICAÇÃO ao país do General Galvão de Melo (transmitida pela RTP na passada segunda-feira e repetida na terça), foi muito discutida ao longo da semana que hoje acaba.

Se, em largos sectores da população, o acolhimento às palavras de Galvão de Melo foi total ou quase, já noutras camadas, a reacção foi de desacordo quanto à forma e quanto ao conteúdo.

Para ilustrar essas duas tomadas de posição frente a uma intervenção de um dos membros da Junta de Salvação Nacional, num momento em que o país atravessa uma fase difícil no plano económico-social (e, consequentemente, no plano político) a seguir publicamos dois artigos da autoria de José Gabriel Pinto Coelho e Helena Vaz da Silva.

Carta aberta ao General Galvão de Melo

José Gabriel Pinto Coelho

É MEU DEVER de consciência manifestar o imenso respeito e a profunda emoção que me causaram as palavras tão oportunas que V. Ex.^a preferiu através da R. T. P. na 2.^a feira passada. Não posso deixar de fazer eco, não só do desanuçado, mas do pensamento que norteou aquele consentâneo, mas também das amindades reveladas pelo Português que dirigiu à Junta de Salvação Nacional a carta que V. Ex.^a, em tão boa hora divulgou. Na realidade, não posso calar-me e venho, por isso, dar conta da consideração, apreço e confiança que me inspiram a atitude inequívoca de V. Ex.^a. Estou certo de que milhares de portugueses apoiam calorosa e incondicionalmente os elementares princípios de bem ser e de dignidade que V. Ex.^a tão bem apreendeu aos inspetores. Muitos, mesmo muitos, que nunca foram fascistas, que são democráticos autênticos e que pensam e agem como verdadeiros Homens têm sofrido calados ou sem conseguirem fazer-se ouvir... com o facto de assistirem, impotentes, à degradação gratuita e inútil da preciosa Liberdade, tão desejada por todos e há tão pouco tempo conseguida. Muitos se affigem, conscientes mas perplexos, perante de que incriveis atrocidades que, em nome de pretensa democracia e de desconhecida liberdade, se fazem diariamente a todos e a cada um, sempre e invariavelmente com prejuizo maior para os mais humildes e desprotegidos. Tenho a certeza de que existe ainda muita gente com bom senso e com a noção exacta dos verdadeiros Valores e das grandes virtudes do Povo Português. Muitos terão já tido o desejo de exprimir apreensões semelhantes às manifestadas pelo subscritor da carta que V. Ex.^a deu a conhecer ao País. Pela minha parte, venho abertamente declarar a minha solidariedade com todos estes portugueses de boa vontade que sinceramente desejam o bem comum e que terão que dar as mãos para a construção de um Portugal novo, em verdadeiro espírito de fraternidade.

Bem haja, Senhor General, por ter aparecido a despertar as consciências para o esforço que se impõe nesta hora para se alcançar serenidade e espírito de cooperação; condições estas indispensáveis para o restabelecimento na paz social e no progresso económico por que todos anhamos. Com efeito, as palavras de V. Ex.^a foram tão imediatamente oportunas, pois o

espectáculo a que estamos a assistir e o ambiente em que estamos a viver, são verdadeiramente vergonhosos.

Do anigo, decrepito e viciado regime herdámos milhares de situações de injustiça flagrante e gritante. Mas será no decorrer do desperdício de energias, mas attitudes de exploração de ódio e de vingança que estas situações se resolverão?

Os factos que estamos a viver serão a verdadeira imagem do tão apregoado civismo do povo português ou serão resultado da nefasta confusão espalhada por alguns e agravada pela inconsciência ou incoerência de tantos outros? É caço para perguntar se é isto a liberdade tão desejada e se é isto o que estava e estará no pensamento de Movimento das Forças Armadas.

Será resposta digna, ao esforço de uma Junta que não detém e de cujo Governo a finalidade que trabalha incessantemente, esta atitude generalizada de cada grupo de indivíduos mais ou menos numerosos e representativo fazer a "sua greve"?

Será realmente, isto a democracia tão desejada? A Democracia pressupõe uma consciência colectiva, esse espírito de cooperação, obriga ao esforço individual e de cada grupo na conquista dos objectivos comuns. Ora, estamos a assistir ao mais degradante espectáculo de verdadeiro individualismo egoísta ao nível de pequenos grupos.

Accontente que a greve está mesmo na moda! Por isso há muitos que julgam que "fica mal" e que serão considerados fascistas reacçãoários se não usarem (ou abusarem) das suas dritões e das suas liberdades para apresentarem as suas reivindicações, imediatamente seguidas de uma greve! Não há dúvida de que muitos dos motivos de algumas destas attitudes colectivas são intrinsicamente justos e exigem remédio urgente e inadiável. mas... valha-nos Deus! A grande parte das reivindicações ou são arbitrárias ou impossíveis de concretizar. E bem evidente que as condições em que se encontra o País; obrigam, efectivamente, ainda a um pouco de paciência e de sacrifício. Se todos se movem ao mesmo tempo "para um lado e para o outro", não há como "fazerem" o bem para a sociedade melhor. É lamentável que haja portugueses que se quejam a agir como fanáticos que vogam no caminho da fantasia

e do impossível, não se apercebendo que se estão a destruir a si próprios e debilitando gravemente os seus já tão fracos recursos de subsistência e de progresso.

Senhor General: no dia 25 de Abril o Povo deu as mãos entusiasticamente ao Movimento das Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional. Passado um mês, verifica-se que, involuntariamente, e irreflexivamente, esse mesmo Povo corre o risco de tirar ambos e de demitir o valiosissimo e indispensavel trabalho do Governo Provisório! A hora é de renascimento, exigido à luz dos direitos do Povo. Porém, tal se consegue com trabalho incansavel pelo equilibrio economico e moral do País.

Não posso terminar sem me referir a um caço que considero dos mais graves que estão a correr entre nós. Trata-se da greve que surgiu nos estabelecimentos de ensino secundário e também em alguns estabelecimentos do Ciclo Preparatório. Na febre reivindicativa que se propagou com rapidez espantosa após o 25 de Abril se que tantos aspectos positivos apresenta ao que se refere à tomada de consciência politica por parte do povo português, à urgente cessação das injustiças mais flagrantes e ao anelado desmantelamento das estruturas fascistas do regime depositado surgem reivindicações de estudantes entre os 10 e os 18 anos. Para fazerem valer tais exigências e porque os novos meios constituídos pela liberdade, muito naturalmente os entusiasmaram, certos estudantes decretaram a sua greve.

Não entrando na discussão da legitimidade de uma greve de adolescentes e de crianças que, pela lei da natureza, não atingiram a maturidade que lhes possa conferir auto-determinação é ainda de perguntar se podemos ficar impassíveis perante uma attitude que se enquadra nitidamente no conjunto de exigências que são ou intrinsicamente arbitrárias ou de natureza secundária, na hora de graves problemas e preocupações prioritárias que se apresentam ao País.

Existe um abismo entre a Democracia e a Anarquia, e por não ser democrática que, sejamos todos, que concordar que os direitos e liberdades de uns tem sempre que se conformar com os direitos e liberdades dos outros. E isso que tem o dever de ensinar aos estudantes dos Esinos

Secundários e Preparatório, é isso que tem o dever de aprender. Caso contrário... si da democracia deste País na próxima geração! A greve dos estudantes situa-se no campo da destruição sistemática e muito longe dos objectivos de reconstrução. Com efeito, o aspecto fundamental das reivindicações é constituído por um simples capricho: a abolição dos exames! Ora as greves não podem estar ao serviço da satisfação de caprichos, mas só podem ser aceites como último recurso para a eliminação de situações de injustiça. Não parece que a existência de exames seja, repentinamente, uma situação tão grande que leve à paralisação do ensino.

Acerea das reivindicações apresentadas, temo a Senhor Ministro da Educação e Cultura todas as possibilidades que se afiguraram possíveis e oportunas. O não acastamento da sua decisão e a termino na constituição da greve constituem gravissima manifestação de não-cooperação e de não-confiança no Governo Provisório, o que é intrinsicamente inadmissivel!

Como País, cabe-me dizer NAO à greve do Ensino Secundário e entendido que todos os País têm obrigação de "pazear as orelhas" aos seus filhos, fazendo-lhes ver que o que é importante, neste momento, é trabalhar o mais possível. O trabalho deles é o estudo. Mesmo admitindo que, numa próxima reforma do ensino, se reconheça vastagem na abolição dos exames, tal não se pode exigir que seja feito entre 25 de Abril e 25 de Maio. Com esta greve há milhares de estudantes multissimos prejudicados e com a sua situação escolar gravemente comprometida. E se isto concitasse astios, tremores, amonestações, a partir de alguns anos, a generalização de um fatal "analfabetismo diplomado".

Senhor General, perdão-me o desabafo! Confio no alto espirito de Profrência e de Justiça da Junta de Salvação Nacional para solução deste gravissimo problema que tanto prejudica o País.

Lisboa, 29 de Maio de 1974

De V. Ex.^a altamente, José Gabriel Brasmamp Freixo Pinto Coelho.

842

Nova conversa em família

Não é por isso que lutamos

Helena Vaz da Silva

GALVÃO DE MELO, general da Junta, falou ao País. Pela televisão, e por duas vezes, a pedido, dizem, de parte do País.

O que disse o general? Tomando por motivo uma carta escrita «por uns só portugueses» que poderia ser de «todos os portugueses» (se um e todos e o mesmo, para quê a liberdade que nos «ofereceram», que havemos de fazer dela?), «portugueses autênticos», precisa, (só os autênticos podem desafinar do coro colectivo), exortá-nos a que, recolhidos, ouçamos aquilo com que, confessa, «concorda».

A partir daqui, pois, os dois discursos se confundem e, ao falarmos dum, do outro falamos, por determinação do próprio que assim o afirma.

Que aderiu ao Movimento desde a primeira hora mas esquece que, quando lhe foi dada possibilidade de aderir, já o Movimento ia (vinha de) longe. Não foram deit o medo, o sofrimento, a revolta, a decisão que, de há muito, longe e fundo, fizeram brotar o chamado «movimento dos capitães». Amassado em muita coisa real e bem diferente da «liberdade sonhada» com letras grandes e tudo de que nos fala. Com a liberdade não se sonha porque quando se sonha, depois não se lhe reconhece a face, ao vê-la mesmo, vivá, feita desajo. Ele não aderiu, pois, desde logo, ele foi apanhado na onda, revestiu-a da imagem do seu sonho e aí foi, pensando que ia bem e que mal lhe não podia acontecer.

E por isso surgiram os mas. Mas libertarem-se presos é liberdade? E sim senhor, até lá! E, desde que não sejam «terroristas sem-pátria».

E quem são esses terroris-

tas sem pátria a não ser o próprio fosse entre a liberdade sonhada e o que ela é? E que nesse sonho seu não cabia a dureza da realidade.

Se «caça ao homem» há, é porque «caça ao homem» houve e pior e horrível e longuissimamente impune. Se «noticiários vergonhosos e parciais» há, é porque os houve vergonhosos, abafantes e longuissimamente impunes também. E de «baixo nível» não falemos porque o nível que nos falta, é o nível que nunca nos foi dado.

Ah! e o eterno provincianismo tão português de evocar «os outros países» para impressionar. «Democracia Carnavalesca», nos chamariam os civilizados. Não costumamos lê-los, só os outros, talvez por isso não recordamos o epíteto.

Os comunicados das prostitutas e dos homossexuais seriam motivo de indignação. Porquê? Porque são realidades sociais e criaturas humanas a banir da face da terra, são excrescências, ou apenas porque convém mantê-las escondidas, para certos usos? Qual das más razões? Sempre, sempre, o velho espectro da moral moralizante, não da moral autêntica, o atirar das inocentes crianças para a frente, embrulhadas em Família com letra grande! Não será muito mais próprio da «Liberdade responsável» a que se refere, uma família que sirva para preparar crianças que saibam desde que nascem olhar as coisas e as pessoas de frente, chamá-lhes pelos nomes e reconhecer-lhes o sentido?

As portas da liberdade que «a juventude militar amadurecida no drama africanos (amadurecida mas não o suficiente para que não fossem precisas as mãos experimen-

tadas dos generais)», as portas que se abriram foi, no dizer do General, para todos os Portugueses escolherem o que melhor for para todos os Portugueses. Mas não será evidente que todos os Portugueses não querem a mesma coisa, não pensam do mesmo modo, não crêem nos mesmos métodos? E que essa verdade tão simples implica momentos duros, hesitações, exageros, afrontamentos sem que se lhe tenha de chamar «mau uso»? E vem o sentimentalismo paierno-transcendental: «É verdade que muita coisa me desgosta e quase espanta a ingratidão que é tão maltratar aquilo que com tanta emoção e dignidade foi oferecido.» Se bem que não esteja nem um segundo na nossa ideia menosprezar o sentimento com que, colectiva ou individualmente, os membros das Forças Armadas, contribuíram para que reencontrássemos a liberdade, parece importante que se assente em que não deve isso ser considerado um presente que nos fizeram ou um favor. Uma liberdade nunca se dá, mesmo que às vezes se tire.

Finalmente — e depois de tanta coisa termos dito, parece-nos que afinal tudo se resume nisto: — É precisamente da imagem de uma sociedade que se define em termos do «ministro» e do «cavador», «homem da cidade» e «homem do campo», «juventude heróica» e «mãos experimentadas», e de «povo inocente» que, desde o 25 de Abril, estávamos a tentar libertar-nos. Ou estávamos enganados?

Helena Vaz da Silva

O caso Fontoura

NÃO SE COMPREENDE a manutenção da escolha para embaixador do Brasil em Portugal do general Fontoura. Era admissível até 25 de Abril. Deixou de o ser a partir daí.

Por mais que isso custe a um forte sector dos meios oficiais brasileiros, as coisas mudaram em Portugal. Vivemos, agora, em democracia e a maioria dos portugueses está disposta a não consentir a instauração de qualquer regime totalitário, por mais disfarçado que seja. O Governo brasileiro deveria ter tomado em conta a irreversível aceleração histórica de que Portugal beneficiou nos últimos 40 dias e designado para o representar em Lisboa alguém que entendesse a situação portuguesa.

Havia nomes disponíveis, como Gibson Barbosa. Havia diplomatas de carreira interessados numa colocação em Lisboa. Havia pessoas profundamente conhecedoras da realidade portuguesa. O Itamarati, porém, não revelou capacidade de compreensão e de adaptação às novas circunstâncias; manteve, sem hesitações, o nome de general Fontoura tem, agora, uma posição dificilmente sustentável. Já houve manifestação de rua contra a sua presença à frente da Embaixada e alguns partidos políticos apresentaram o seu protesto, alegando nomeadamente que o passado do novo embaixador (ex-chefe do Serviço Nacional de Informações brasileiro) não inspirava confiança e que o tão falado saneamento devia alargar-se aos "agreements" a conceder à diplomacia estrangeira (note-se que o "agreement" de Fontoura foi dado antes do 25 de Abril).

O novo embaixador do Brasil tem, assim, uma posição complicada à partida e, por mais que tente melhorar a sua imagem, não lhe será fácil eliminar as suspeitas que já se verificam.

Sintoma

Num país com tantos problemas, o caso Fontoura não teria em si, pela pessoa, grande importância, se não permitisse angustiar uma determinada posição do actual Governo brasileiro quanto à revolução portuguesa.

Na verdade, o caso Fontoura é apenas um sintoma. O que parece surgir no Brasil é uma atitude de desconfiança, senão de oposição, na interpretação dos acontecimentos em Portugal depois do 25 de Abril. A transcrição da parte final de um artigo, publicado, no passado domingo, no poderoso Estado de S. Paulo e intitulado "Em Portugal, a crise que se previa", resume tal atitude:

"Se os grandes países da Europa Ocidental necessitarem do apoio de seus aliados e poderosos amigos para restaurar a democracia e defender sua democracia restaurada, Portugal, mais que seus vizinhos mais ricos e mais prósperos, tem necessidade de que seus verdadeiros amigos e entre estes, em primeiro lugar, o Brasil... descubram a melhor, a mais adequada e a mais eficiente maneira de ajudá-lo e superar a crise que já o avassala e cujo desfecho, se não for apoiado, como o resto da Europa livre foi apoiado pelos Estados Unidos, será fatalmente uma nova ditadura, que poderá ser da esquerda totalitária ou dos militares de tendências peruanas".

Problemas internos

Esta posição pessimista e paternalista é comum a diversos meios influentes brasileiros.

É evidente que Portugal precisa do auxílio e da compreensão do mundo. A tese do "orgulhosamente só" está irreversivelmente revogada. Daí, no entanto, à ideia, subjacente do artigo do "Estado de S. Paulo", de que não somos capazes de resolver os nossos próprios problemas vai uma grande distância. A prova está em que o país parece finalmente tomar consciência das dificuldades que existem e do modo de as enfrentar.

Poderá suceder que ao regime brasileiro não interesse que as coisas evoluam num sentido positivo. Poderá suceder que não compreenda que um movimento militar surja para implantar a democracia. Poderá suceder que não convenha ao regime brasileiro que a revolução portuguesa seja apontada no Brasil como um exemplo a seguir.

Isso, porém, são problemas de um regime ou de um Governo. Problemas internos que nada têm a ver com as relações entre os dois povos. Questões intestinas de poder que não podem prejudicar a intensificação das ligações entre as duas Nações.

Bloqueio

O Brasil tem, talvez justificadamente, sonhos de grande potência. Alguns países do seu continente já o acusaram de imperialismo. As teses defendidas pela imprensa oficiosa brasileira acerca de Angola também acentuavam os desejos de uma expansão para Leste.

Simplemente, não se sabe até que ponto a ajuda do Brasil, com ou sem projectos imperialistas, pode interessar a Portugal no que toca à solução do problema de África. O Brasil é um dos muitos intermediários que apareceram nas últimas semanas. Outros surgiram, com mais ou menos legitimidade, com mais ou menos influência.

O Brasil terá a grande vantagem da língua. No entanto, não tem implantação diplomática efectiva em África. Os seus contactos com os Estados africanos começaram há pouco tempo e não se trata de um país que lhe inspire confiança nem aos movimentos de libertação.

Porquê então uma atitude arrogante em relação ao que se passa em Portugal? Será que o todo poderoso Itamarati não compreendeu ainda o que se passa? Ou será que prefere não compreender?

O caso Fontoura perderá em breve actualidade. Permanecerá, no entanto, a sensação de que, num momento crucial, numa hora em que se descobrem os "verdadeiros amigos", o Governo brasileiro bloqueou voluntariamente os canais de comunicação, a nível oficial, entre os dois países.

Magalhães Calvet de

Calvet de Magalhães

Os exames são necessários?

PODER-SE-IA legitimamente perguntar como é possível praticar o que por outro lado se censura. Trata-se talvez de uma espécie de inércia dos métodos de ensino, atribuível a ausência de formação actualizada dos professores, de algum modo ligada às práticas pedagógicas que foram as de seus mestres. É assim que se instala e se transmite a rotina, a cegueira psicológica, a indiferença dos problemas reais pelos actos pedagógicos.

Numa pedagogia em que a preocupação primária é sugestiva, o professor só pode ser eficaz abandonando a sua posição dominante, para se colocar na perspectiva dos alunos. Um estilo novo de cooperação entre professores e alunos exige a existência de uma integração social que a escola nem sempre favorece. O que se verifica é um professor cada vez mais adaptado à ideia de se centrar no programa, visto ser preciso inculcar, outorgar o saber, dedicar-se a fazer penetrar um conteúdo, de forma coercitiva, no espírito do

aluno, positivamente, didacticamente, usando técnicas de ditado, recitativos, etc. Preocupado mais com a transmissão como tal, do que com a significação que pode ter ou não o saber para o educando, considera-o no fundo um objecto passivo, tendendo para a inércia. A técnica tradicional, não induz ao desenvolvimento intelectual da personalidade. O liberalismo querido dos professores não é diferente. O aluno é considerado como um ser passivo, do que o mau aluno, em que predomina a rebeldia.

No processo tradicional é a transmissão que prevalece; não se faz apelo ao esforço pessoal do aluno para melhor assegurar a transferência. Importa um dia fazer o balanço de horas de ensino sacrificadas, das fadigas nervosas e das angústias acumuladas nesta semana quarentena anual que são os exames: o enfrentar dos júris, o trabalho normal substituído pelo folhear apressado de resumos e quadros sinópticos e o que ainda se não enumera. Os exames, como fim e não como meio, constituem a condenação de todo o sistema pedagógico.

Na realidade, não se trata de os alunos serem avaliados, mas de os professores serem avaliados.

que todas as considerações pedagógicas tidas como racionais, o mestre funda o seu poder na infalibilidade. É ele que detém todas as chaves da situação em que está lançado com os seus alunos. Se o seu liberalismo admite alguns rodeios no andamento seguido pelos jovens, é para os conduzir mais seguramente, para os lugares que antecipadamente escolheu. O uso

do interrogatório, que tem tão grande lugar no nosso sistema escolar, é aproveitado para receber uma informação que falta, junto de quem é susceptível de comunicar. Na vida escolar, a interrogação é por vezes de má-fé: o professor inquirir o aluno a fim de fazer aparecer a sua ignorância, ou de obter dele uma informação que como examinador já possui. Quer a

resposta seja reputada falsa ou justa, o perguntante encontra sempre nela a confirmação do seu privilégio. A arte da maquiagem praticada por Sócrates, consistiu nos ao fim do monopólio escolar, em que o professor já não é visto como o único fornecedor de saber. O discípulo que adquiriu conhecimento fora do meio escolar, tornando-se consumidor de uma economia de mercado, obriga o ensino a sair do seu período feudal, obriga-nos a reconsiderar a sua situação de vascular, e como sofre "doença da informação" o professor só será insubstituível na medida em que ensinar os alunos a organizarem os seus conhecimentos, idéias, atitudes e aprender.

O drama do nosso ensino é o homem não estar mais presente em suas instituições e funções. Estes passam-lhe além e ele não pode dominá-las. Enamoram-no. O renascimento dos métodos consiste portanto em encontrar para crianças e para o adolescente o ambiente escolar à sua medida que plenamente os consciencializa e lhes proporcione este sólido para a vida.

Que explicação lógica para os exames perante esta apologetica? A não ser, como pensava Alain, o exame seja em última análise apenas um teste de carácter psicossomático, para medir a capacidade de aborder uma situação traumática, ou mesmo uma prova física de resistência. Neste caso, para além de ser considerado a ser considerado do ensino.

145

A revolução da linguagem e a linguagem da revolução

E. M. de Melo e Castro

TRABALHAR no nível da linguagem tem sido, desde meados do século XIX, um acto revolucionário. O recente livro de Julia Kristeva, "La Revolution de Langage Poétique", assim o demonstra, principalmente através das análises socio-linguísticas das obras de Mallarmé e Lautréamont e suas complexas implicações na política do tempo.

Mas se essa revolução, que na linguagem poética se executa, se reveste por vezes de subtilidades nem sempre imediatamente compreensíveis, ela constitui sem sombra de dúvida a base sobre a qual se ergue toda a estrutura da comunicação actual e que, juntamente com o Formalismo Russo e F. Saussure, permitiu o desenvolvimento da ciência da linguagem.

Se o poeta nem sempre foi um revolucionário activista em plena rua, não é menor a sua importância para o acolher dos movimentos revolucionários de hoje - como Paris 68 ou Líbia 74 - que estamos criativamente vivendo e em que os poetas surgem na rua reivindicando a sua posição de trabalhadores e de revolucionários.

Assim, o grilo adoptado pelos Escritores Portugueses (APE) no 1.º de Maio "Escrever é Lutar" testemunha justamente a consciência de que o acto da escrita é um acto de luta que se inscreve numa revolução. Luta por vezes surda e silenciosa como até aqui teve que ser a nossa, pela força bruta de um fascismo que na inteligência via o seu pior inimigo. Inteligência de que a escrita é justamente o exercício. Exercício que ao executar-se através da escrita, sobre si próprio se exercita também, procurando conhecer-se e

desenvolver-se. E que, quando a escrita é uma pesquisa das suas próprias raízes, só a plena e total liberdade lhe serve, pois o objectivo é chegar a descobertas, conclusões e situações novas. A essa pesquisa centrada - criadoramente - na linguagem chama-se Poesia. Todos o sabemos, Poesia que por isso mesmo é sempre um acto de resistência e comporta um acto revolucionário.

Do trabalho sobre a linguagem derivam todas as vanguardas

A arte moderna revolucionária do acto poético traduz-se assim pelo trabalho sobre a linguagem.

Dal derivam todas as vanguardas, que desde o começo do século se foram sucedendo, através das várias circunstâncias político-culturais. E no nível da linguagem, que trabalhou DADA e se realiza o Futurismo Russo e o Futurismo Português. E' no nível da linguagem que o Surrealismo se projecta. E na linguagem que o Experimental da década de 60 opera e se executa.

Terrorismo do Signo - Subversão do Símbolo da Simaaz. Guerra da Semântica. Em alguns dos possíveis aspectos de uma revolução semiológica, que a Poesia Experimental (no mais largo sentido) tem como pontos essenciais de um programa, de reconstrução da ciência e da criatividade.

O radicalismo morfológico dos anos 60 foi apenas um passo necessário para o caminho cujo objectivo final é a total renovação da criatividade e da comunicação, para se poder então colimatar a

brecha aberta entre o modernismo europeu e o povo. Este dominado por programas fascistas, guerras que não são as suas, ou apenas lançando no fito do consumo desenfreado e aviltante, pelas forças da produção.

A insuficiência das doutrinas neo-realistas

Mas por outro lado as doutrinas estéticas do neo-realismo, de que Lukács foi o melhor teorizador, não provaram ser suficientemente aptas e subtils para, num plano universalista, satisfazer as exigências da actividade criativa e poética, e para se adequarem elástica e humanamente às tendências da criatividade específica de cada Povo.

A rigidez estética de Lukács não corresponde a uma análise adequada e profunda do acto criador. Por isso deve contrapor-se-lhe o trabalho do Circuito Linguístico de Praga, a Poética de Jakobson, ou mais recentemente a teorização de Youri Lotman (estrutura do texto artístico), Professor em Tartu, na Estónia, actualmente o centro mais importante da semiótica russa.

E que pelo fragante desajuste entre a teoria poética e a prática da poesia foi-se cavando um enorme hiato entre a população dos países economicamente em desenvolvimento e os seus mais legítimos criadores - os Poetas.

A arte Kitch aparece então na Europa e América como uma tentativa de resposta vinda de uma deseducação estética do Povo, em

que tanto o Capitalismo como todas as formas de Totalitarismo (quer dizer Estalinista) se empenharam.

O mau gosto, o piffo, o sub-profundo, a imitação, começa a circular e a ser interpretada como a nova arte do povo. Mas de que Povo? Certamente o das cidades super-opressivas, e dos campos sub-desenvolvidos, igualmente privados do acesso às fontes da investigação e da teorização crítica adequada e certa.

Entre nós a revolução da linguagem foi-se lentamente operando através de um trabalho de criação poética, perante o qual a crítica instituída, de tipo impressionista, se revelava perfeitamente inapta e ignorante. Será até muito útil fazer um paralelo entre os 45 anos de fascismo e os 50 anos de crítica volêmica, mediocre e autoritária do Sr. Dr. João Gaspar Simões. Poderá mesmo dizer-se que só em 1973 a Crítica Portuguesa ganha um som e uma técnica adequados (com "Linguagem e Criação" de José Martins Garcia) perante a actividade criadora da Poesia e da Ficção Portuguesa dos últimos 15 ou 20 anos - precedido por Eduardo de Prado Coelho e pela Teorização Experimental.

Um princípio de pertinência deve ser invocado aqui mesmo sobreposto a uma noção de valor, pois esse princípio de pertinência se reveste de especificidade propriamente poética-criativa (de linguagem e comunicação, portanto) e a "noção de valor" se inscreve numa problemática filosófica exterior às próprias obras consideradas.

Sabe-se perfeitamente que existe o texto e os seus anti-textos e post-textos, mas estes são apenas

particulares do contexto - e este é de índole sociológica, psicológica, histórica, etc... e não especificamente textual e literária.

Ors a base de uma revolução da linguagem que tão maníaca é em toda a Poesia Portuguesa desde 1955 para cá, é justamente a especificidade inerente da Pesquisa Poética como meio de resistência e arma de ataque contra a opressão da vida e o aviltamento da criatividade, e isto numa base universal, de e para todos os homens.

O novo contexto

Neste momento é pois necessário distinguir muito claramente entre a revolução que se executa através da linguagem e os problemas da linguagem que a revolução de 25 de Abril e 1 de Maio colocam perante os Escritores Portugueses.

Irá que distinguir principalmente a consciência de uma revolução que em surdina ou no silêncio se realizou através da palavra poética, foi uma constante da Poesia Portuguesa depois do Apó- Guerra 39/45 (da Nova Síntese Poética). Consciência essa que se agudizou a partir do começo da década de 60 e se realizou através da incidência na pesquisa linguística e na rejeição do sentimentalismo discursivista típico da chamada Poesia Lírica Nacional, ou do pretendo Messianismo Modernista.

Essa evolução realmente efectuada no nível da linguagem pela poesia Portuguesa é, no entanto, muito diferente de uma Poesia de Consumo Resistente ou

de Insigação Revolucionária, que, contida e mantida na clandestinidade pelas forças de repressão fascista, eclodiu e ocupou o seu devido lugar na Rádio e na TV depois do 25 de Abril: o lugar da Poesia e da Música Populares, que até então se ocupou por próximos festivais, etc., etc...

No entanto é necessário encontrar uma via de criatividade para tal Música e Poesia Populares, sem a qual não poderão subsistir além das momentâneas euforias. Criatividade decisivamente ainda não me parece ter sido encontrada. Porque, a linguagem da revolução não pode ser a do lugar comum e da facilidade discursiva sentimentalista ou retórica, como na maioria dos casos tem sido. Porque justamente a "Revolução da Linguagem" que em Portugal tem realizado a criação poética é justamente no sentido de tornar as intuições e os conteúdos ideológicos inassociáveis da linguagem que os comunica, ou seja: a linguagem da revolução só pode ser da revolução da linguagem justamente por suas exigências de rigor, de inovação, de desmistificação, de inventividade, de abertura, de adesão quinativa à vida.

E um dos primeiros trabalhos de crítica será desmascarar tanto os balofos erudtismos, já detestados, como os contestatórios e resistentes de ocasião, ou os estremistas ideológicos anti-criativos, para que tanto a Pesquisa-Poesia Criativa como a Poesia Popular, cada uma na sua esfera de trabalho, possam encontrar as suas novas e justas posições — agora já sem o espectro do silêncio, da censura e da opressão.

Lucena, Manuel de

Outro caminho (I)

Manuel de Lucena

NUM ANTERIOR ARTIGO encontrei algumas hipóteses de evolução do país depois do 25 de Abril. E tenho agora em que, mantendo-se ceteris o movimento das forças armadas, se acentue o seu caráter progressista. De modo a que a política portuguesa venha a revelar sobretudo de um entendimento entre os militares e as classes trabalhadoras. Considerei todavia que a superveniência de um "sistema de partidos" seria prejudicial, por muito que hoje pareçam prevalecer os de esquerda. Os partidos são necessários à liberdade, mas não para resolver o primeiro Lugar no Estado. Além disso, a criar que o sistema possa um poder decisivo — tanto mais quanto maiores forem as reformas encorajadas. Há a via das transições e ajustamentos partidários estruturais, e por fim, em Portugal, não há o tempo demasiado tempo para isso.

Mas então que fazer? Devo sobretudo explicar-me sobre dois assuntos. Os objetivos próximos de uma nova política constituem o primeiro. O tipo de sociedade a que se pretende chegar dá a matéria do segundo. Tratar-se-á a páginas tantas de socialismo, palavra que no citado escrito não usi. Omissão deliberada: tanta coisa contraditória lá cabe que é melhor reservá-la para quando, adiante, lhe apurar o sentido.

Vou começar pelo programa e só depois desenvolver a doutrina que pressupõe. No entrecruzamento de ambos, naturalmente, haverá que referir o papel dos militares e de outras forças, partidárias ou não. Pois quem valumbra fins tem de pensar em meios.

Dispondo de um espaço restrito, passo já, sem mais préambulos, à consideração dos nossos problemas maiores.

1 — A questão colonial à partida

Se o objetivo é a paz, a paz passa pelo pleno auto-determinação de populações cuja maioria é negra. E isso leva à independência. Mas auto-determinação e independência são coisas distintas. Pode dar-se a primeira sem a segunda, ou vice-versa. No nosso caso os dois princípios terão de ser politicamente reunidos. E desta combinação por achar que depende a descolonização. E com ela, pelo menos do nosso destino colectivo.

Pela independência batram-se os movimentos nacionalistas africanos com quem vamos conviver. Mas os novos Estados surgirão sobre uma base jurídica, político-económica que é politicamente conformista. Não é um Estado moderno não se haverá a sua descolonização; e o que já nos parece deve-se a Portugal e aos movimentos de libertação. Ou seja, o momento de colonização e da guerra. Assim se justifica que a discussão sobre independência nacional tenha como interlocutores primários o governo português e os combatentes do outro lado. Nenhum dos dois terá a paz, por mais bem que seja, se o seu resultado repugnar à maioria dos guerrilheiros. E repugnará por certo, quando se veja a disposição das populações no momento e não abra perspectivas sérias de pleno auto-governo. A própria organização de uma comissão irá depender de um acordo a esse respeito, correspondente à reivindicação elementar dos nacionalistas. O sentido final da auto-determinação está já entendido desde o começo, mesmo que tal não venha a ser claramente expresso. E é justo que assim seja: sem a luta deles não estamos onde estamos.

Os movimentos nacionalistas terão por si um "voz" qualificada, como actores das nações em formação. Mas porque as não resumem nem elas são peritais, o reconhecimento de direito à independência não resolve tudo.

Ficam ainda por definir as frentes e os prazos, do acesso ao auto-governo, bem como as relações a estabelecer com a actual metrópole.

Nesses terrenos, a posição dos nacionalistas também não será nada óbvia. Não vale jogar em divisões, nem tentar neutralizá-los por um mau uso da regra "um homem um voto". Melhor é procurar associá-los a toda a transição. Mas isto posto, também parece correcto interrogar as populações. Garantida a real liberdade de propagandas, há vantagens em que as populações influenciem a opção entre os diversos modos da independência. Adviria-se apenas, uma vez mais, que se revisará a partir o hábito "in extremis" das tendências nacional-libertadoras. Uma federação que escarpadamente assegurasse o predomínio de Lisboa estaria evidentemente nesse caso. A detestável associação, seja qual for o seu nome, só entre parceiros iguais será sólida. Portugal não tem que se apresentar como um culpado histórico. Mas tem que ser em grande.

E isto muito dependerá do que no país europeu se passar. Sendo pouco saber-se que o simples restabelecimento das nossas liberdades políticas não basta para escaparmos às armadilhas neo-colonialistas. Para que outro galo devesse cantar, as suas intuições pouco costumam. Temos de entender desde já pela senda de profundas reformas económicas e sociais, ser ficará à espera da Assembleia Nacional Constituinte como de uma varinha de condão.

Em o ponto decisivo: uma vez reconhecido o princípio da independência das colónias, urgia avançar nas negociações; mas não nos quer dizer que a paz deve passar à frente do resto. Seria uma prioridade conservadora. Se apenas retroceder o capitalismo português, a descolonização significará neo-colonialismo diga-se o que se quiser, mesmo que Portugal deixe de aparecer como o acidentista maior.

Desceva por um momento as colónias.

2 — A transformação sócio-económica em Portugal

Nesta primeira avaliação, o autor dá um diagnóstico de situação, em termos de várias esquerdas. De um lado estão as que se propõem liquidar muito em breve a propriedade privada, mediante uma revolução moderada; os modelos é que são muitos. Do outro lado cultivam-se visões realistas e compassadas, aditando-se o anti-capitalismo em troca de um "Welfare State" economicamente europeu. Debate sobre os intrínsecos, que não fundamentam alternativas concretas, tentam-se a travar uma combatividade benévola; ao passo que os moderados, ao aliar-se a "vozes neocientis" com o grande capital privado, estarão favorecendo em última instância os desejos deste. Pouco o grande capital pode perfeitamente adequar-se ao sindicalismo, à negociação colectiva e à segurança social integrada, que constituem os outros tantos estímulos. Dos modestos empresários é que nem sempre se dirá o mesmo...

Na base dos cálculos de quase todas as esquerdas há todavia duas convicções comuns. A primeira, segredá-lhes que o movimento das forças armadas está predestinado a servir de travão às aspirações populares; e a única diferença reside em que uns manifestam aberta desconfiança, enquanto os outros reivindicam na ponta dos pés para não perderem a amizade dos militares. Quando a verdade é que a hostilidade da tropa só se aligora provisoriamente face a revoluções importadas. Não existe ligação visceral entre o capitalismo privado e os militares; a ligação orgânica deles é com a nação. Podem portanto apoiar transformações radicais que a promovam. O problema do socialismo é o de uma adequação ao país; os princípios terão de encher numa dialéctica arriscada. Eis o que tantas escolas admitem, em Portugal e algures. "O segundo elemento comum aos dirigentes de quase todas reside numa incapacidade de se ultrapassarem o internacionalismo abstracto ao imaginarem revoluções. É por isso que uma se agarra a princípios maximalistas e os outros "renunciam" indefinidamente. No fundo, são os modelos que permanecem inalteráveis. Tudo isto é triste e dir-se-ia sem esquecer interesses, que tudo isto é feito.

Talvez não seja. Em actuando já, sem dar tempo a que os velhos grupos dominantes se refaçam do abalo sofrido, certa aliança do povo e das forças armadas pode abrir uma grande brecha ao sistema dominante e lançar por ela algumas boas sementes de socialistas. Tendo presente a situação política portuguesa e o nosso estado de desenvolvimento, será muito difícil, por ora, ir além de um regime misto e desprovido de um seguro contra todas as insuportáveis. Os puritanos não desmarco de o denunciar. Mas ou se arrisca ou jamaiz se petisca.

Qual é então a ideia? Só nos interessa sugerir as grandes linhas orientadoras das reformas principais, cuja profundidade dependerá essencialmente de dois factores: da força inteligente dos empreendedores populares e da evolução do movimento militar. Nas empresas e nos campos, nas escolas, nos municípios, é preciso ouvir muito antes de conceder a

tempo. Nos quartéis, há que desenvolver o sentido de uma missão política, mas resistindo às solicitações politiqueteiras. Suportamos que se consegua, é a melhor suposição. Em que sentido iremos?

Não se liquidará o capitalismo numa mania de zézevo. Nem o país se poderia dar ao luxo de se soltar na Europa, nem é pacífico que tivesse tudo a ganhar com a evaporação da iniciativa privada. Os objectivos próximos são outros: criar um sector socialista; obrigar os interesses capitalistas a respeitar os da colectividade; e garantir aos trabalhadores um acesso eficaz à direcção das empresas e da economia nacional, bem como à definição e à gestão dos vários serviços sociais. As grandes vantagens de um tal projecto são as seguintes:

(a) **A expansão do sector público**, compreendendo não só nacionalizações (que não constituem panacéa mas sobretudo o desenvolvimento da "economia mista"). No "Estado Novo" a economia mista serviu sobretudo para apoiar negócios privados na fase de arranque ou em momentos críticos. Mas não é esse o seu destino inelutável. Integradas num outro dinamismo, integradas numa estrutura permitirão o controlo e o coordenado efectivo dos grandes grupos e das actividades produtivas fundamentais. Embora no quadro de uma gestão descentralizada.

(b) **A reforma das empresas tanto públicas como privadas**, mas tendo em atenção as diferenças de estatuto, de dimensão e de estrutura. Esta reforma tenderá a assegurar a posição de pequenos e médios accionistas e sobretudo, caso em casos a co-gestão ou a auto-gestão pelos assalariados. Por muito que as soluções sejam híbridas, e que a extensão da reforma se revele difícil na pequena empresa (e em certas empresas estrangeiras) e possível chegar bastante longe neste domínio.

(c) **Uma grande reforma agrária**, provavelmente a que se reverterá de aspectos iniciais mais duros em virtude da crise do sector, do imobilismo de muitos senhores da terra e do parasitismo dos intermediários. Não há receita única, sendo necessário atender à variedade das situações e à multiplicidade das actuações estruturais agrárias. Mas a auto-gestão terá aqui um terreno privilegiado, no quadro de um desenvolvimento impetuoso do movimento cooperativo.

(d) **Uma planificação democrática**, assente no que precede. Caberá ao Estado orientá-la e arbitrá-la, mas a partir de uma livre discussão entre os administradores e técnicos de parte sua e os representantes dos interesses privados e dos trabalhadores. Cumpre salientar, quanto a estes últimos, que uma ou poucas grandes empresas dominam em Portugal inúmeros ramos económicos. Quer isso dizer que, uma vez garantidas a co-gestão ou a auto-gestão, a influência da base assalariada nas grandes opções não estará condicionada a fazer-se sentir. A grande distância.

Essas são algumas ideias. Se bem que outras não sejam nada

melhores, ao referendo-as a estas poderemos qualificá-las adequadamente: assim, a do previdência, a do ensino, a da habitação e do urbanismo, as municipais... Em todas elas, dos princípios; subordinando do privado ao público, definição a gestão largamente abertas aos directos interessados.

As modificações acarretadas por este leque de realização afectarão anos de mais nada a qualidade das relações sociais. Mas nem de longe se desprezaram as melhores dinas quantitativas: as dos salários, as das férias, as atinentes ao tempo do trabalho... etc. Sobre tudo isto vai de resto legir-se imediatamente. Apenas sucede que, dentro dos limites de uma conjuntura apertada, não parece que se deva esperar uma progressão geral, constante e satisfatória. Dónde um apelo à moderação sem contrapartidas bastantes; e sem

que, pouco afastados dos centros de decisão, os trabalhadores possam compreender e controlar devidamente as concessões que fizerem. Parece que se lhes vai pedir outra vez uma indiscriminada confiança. Mas princípios, sobretudo ao pensarmos, para além da conjuntura, em certas dificuldades duráveis de uma evolução "post-colonial". Os acordos de cooperação ou de associação, por melhores que sejam, não eliminarão todas as agruras previsíveis. Ora as propostas que aqui ficam têm entre outras a virtude de permitir ao povo português que viva e entenda a renovação nacional como obra sua e que concomitantemente lhe vá assumindo, com as rotas, os espinhos.

Chegados a este ponto, podemos resumir o caso das colónias. Como deixar de que o tipo da descolonização depende do que fomos fazendo em casa?

150

3 — A questão colonial em andamento

A perspectiva aqui é de resumir não apenas sobre os acontecimentos metropolitanos. Determina pelo contrário a concepção e a execução do processo da paz. Pois não devemos remeter para depois das independências a instauração de novas relações económicas e sociais no plano intercontinental, nem no plano interno de cada qual dos futuros Estados. "Tout se tient". Necessário se afigura portanto ir reverendo desde já todo o pacto colonial e ir modificando sem demora as estruturas "in loco", sobretudo as de Angola, de Moçambique e da Guiné.

Estão em causa muitas coisas: o comércio das actuais colónias comoco, que lhes é a vários títulos desfavorável, bem como as relações financeiras; a posição relativa de Lisboa e das capitais luso-africanas face as companhias estrangeiras e os contratos com estas; a margem de manobra escassa dos poderes locais... etc. Isto por um lado. E por outro lado: as relações socio-económicas se não só politicala entre brancos e negros, bem como, através e para além delas, todo o problema posto, pela necessidade (nas colónias absolutas) de se enquadrar e ultrapassar o capitalismo privado; a tarefa enorme ("last, not least") de propiciar às maiorias não só melhores condições de trabalho e de vida como também uma participação activa na construção do próprio futuro. Em todos estes domínios, a face de transição até à independência revelar-se-á decisiva: para as relações inter-raciais, para as que hão-de ligar-nos aos novos Estados e até para o progresso destes e para a sua posição internacional. Cabe-lhes-à sem dúvida uma soberana palavra, mas que será proferida sendo em conta o que entretanto se passar.

De qualquer modo, o atenuismo da auto-determinação só conviria aos ultra-reaccionários (ilusoriamente) ou aos neo-colonialistas, sobretudo estrangeiros (realmente). Ao passo que se escutamos os dados e justas reformas — em colaboração e concordância tanto quanto possível com os combatentes nacionalistas e com certos programas deles — estaremos acertando em cheio no alvo: o preparo da melhor maneira (única sólida) uma comunidade de Estados de língua portuguesa livres e iguais. Dando bastante, não se cultivará o altruísmo: o que em regime recetivamente não será pouco. Apenas estaremos definindo uma efectiva solidariedade. E é o que importa.

Ainda nada disse acerca da forma das independências, fruto das auto-determinações e susceptível de variar conforme os critérios. E não direi, porque

peuco interessa os aspectos político-jurídicos "a priori". Sobreveia uma solução federal, um Commonwealth ou outra, explicita associação ou nada disso. A seu tempo a questão será importante, mas não antes.

Ao terminar este capítulo, será bom enumerar alguns interesses bem reais de todas as partes, que uma descolonização assim tutelará. Contrariamente ao que por vezes se ouve dizer, lá parte da ideia simplista de que as economias não são tão complementares) os benefícios anfitriões-se com efeitos consideráveis.

Para os africanos viria em primeiro lugar, evidentemente, um acesso à independência nas melhores condições, pela atenuação de conflitos tribais, pelo fomento da coesão racial (evitando uma hemorragia de quadros) e pelo combate a tentações separatistas ou de partilha dos territórios, venham de onde vierem. Acrescente-se, no prolongamento das independências, uma paragem de apoio militar contra vizinhos incoformados ou outros agressores possíveis. Portugal não é, à escala africana, um país nada fraco...

Nem pode o atrasado: a sua cooperação económica técnica e cultural terá portanto grande valor, sobretudo se pensarmos na facilitação da língua. Mas através dela outros horizontes hão-de abrir-se: os novos Estados podem aceder pela mediação portuguesa a relações internacionais extremamente interessantes e diversificadas, sem ter de as pedir a outros 2 potências políticas no económico cujo axioma costuma implicar hipotecas pesadas. Ora quanto mais sólida a descolonização tanto melhores as perspectivas.

Para Portugal também, naturalmente: temos uma reconvenção económica de grande envergadura a operar e convirá pôd-lo fazer por etapas: e uma reconvenção militar: a entrada na paz de um corpo expedicionário de 150 000 homens e toda a posterior reorganização do aparelho militar, levantará problemas sérios, mas num regime de íntima cooperação o recrutamento concentrará em África várias aplicações pacíficas. Teremos, enfim, em pleno desenvolvimento económico, novas necessidades de "import-export" a considerar: descolonizar não é abandonar posições.

Insisti nas coisas mais palpáveis. Por ora, deixo ao cuidado dos leitores o que sobre elas se pode imaginar em termos de civilização, de estratégia imperialista e outras coisas mais. E também a comparação descolonizações alheias.

4 — Diplomacia e independência nacional

ção das relações que se tem vindo a encetar no plano interno e colonial, é claro que as relações internacionais do país estão destinadas a sofrer algumas modificações. Eis um assunto em que por força realçara a discussão entre socialistas atitudes evocadas. Mas o que até aqui avante dispunha-me de a rememorar. Que movimentação desejável escapa a opções simplistas, eis o que já é óbvio.

Portugal nem pode inverter de choche as suas alianças, nem deve limitar-se a introduzir variações diplomáticas menores. E seja dito de passagem que o simples restabelecimento de relações com países africanos e comunistas — apreciável em si — não chega para inaugurar um curso deveras novo sem para fomentar a independência nacional. Isso pode até constituir um simples alinhamento com poderes aliados tradicionais, que todos cultivam essas relações e cuja influência entre nós aumentará caso os nossos capitalismo e colonialismo se movimentem sob os auspícios deles. Não passa de vaidade pretender o contrário quando explicitamente se renunciar "intra-muros" ao afastamento com o sistema dominante. São custos da carochinha e sub-produtos da mais vaga coexistência pacífica. A inevitabilidade e a descolonização atira delimitadas e que impõem uma política estrangeira de co-

Os objectivos serão: a consolidação política e económica da nossa revolução em marcha; a sua inserção num espaço euro-africano e médio-oriental que progressivamente se afirma face às super-potências; o reforço e o alargamento da comunidade de língua portuguesa, cujo projecto no Atlântico Sul se não ignora. Objectivos claros, mas de prossecução delicada. Portugal é um país-charmeira entre três. Conscientes o que tráz, com muitas vantagens, certas complicações.

Não cabe aqui entrar em previsões detalhadas, mas tão só definir algumas acções prioritárias:

(a) A primeira consistirá naturalmente, com base na aliança das ex-colónias, em procurar a da África Negra em geral, relevante não só em termos de colaboração política como de terreno económico. É também a unidade do mundo árabe, no âmbito de um dinamismo mediterrânico tendencialmente neutralista, que interessa cada vez mais todas as nações latinas.

(b) A abordagem dos negócios europeus beneficiará dos passos acabados de referir: é no enlaçar entre a Europa e a África que reside o futuro da futura diplomacia, a fonte do seu dinamismo, a medida do seu alcance. Só a partir dele nos tornaremos decididamente interessados dos dois lados do Mediterrâneo (como de resto do Atlântico) e afirmaremos uma personalidade própria, escizmando

o carácter de uma arena de trabalho que de outro modo nos é preclusa... Encetar-se-á portanto a indispensável intimidade com a Europa sem termos de subalterno regionalização. Respostas-se-á a associação ao Mercado Comum em acordo com as ex-colónias e em contacto com outros países negros e árabes, nomeadamente a Argélia, grande exportadora de mão-de-obra. Obviamente, por respeito e mesmo certo apreço, pela nossa opção socialista e pela nossa vontade de independência nacional, que não de isolamento. Estaremos simultaneamente contribuído para a independência da própria Europa, sem a qual nenhuma forma de coordenação política continental vale a pena. O socialismo europeu, necessário pleno ecilção do nosso, não é variável nem desejável noutra condições.

(c) Os dois pontos anteriores comandam quase todo o mais. E é a luz deles que se devem entender as vantagens seguras (diplomática e comercial) de uma abertura a Leste, bem como os limites dela. Quanto à política asiática, é evidente que passará pela China, por de resto ao qual convém tanto a nossa presença como, numa perspectiva mais vasta, uma Europa forte.

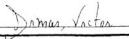
(d) Entre o problema da Aliança Atlântica toda a diversificação de relações que acaba de dizer aponta desde logo para a obtenção de uma cada vez maior autonomia, digno em que a França nos preceda. O termo desse processo será evidentemente a superação dos blocos e o neutralismo. Mas tanto por conservação de equilíbrio mundial como por razões especificamente portuguesas, haverá que respectar tempos e modos do projecto euro-africano e que resultara a página tantas a definitiva superação dos blocos, bem seremos que entre abertos num cordão aberto com os E. U. A. se estes não sentam mandar em nossa casa.

Muita coisa evidentemente se pode dizer, mas não há espaço para mais. É de uma boa ideia.

5 — Liberdades e instituições (remissão)

Esses temas capitais, é o que falta. E assim como se recusa insistir das liberdades e da descolonização primeiro e depois considerar a ideia segundo qual as liberdades virão por acréscimo. Há que as avaliar obstinadamente. A segunda parte deste artigo começará por não ocupar-se-á depois do projecto longo prazo de sociedade socialista e do problema das alianças políticas no Portugal de hoje.

Continua em número próximo



Henrique Galvão:

Perfil do homem

HENRIQUE Carlos Malta Galvão nasceu no Barreiro em 4 de Fevereiro de 1895. Era filho de Cristiano Galvão e de Maria Malta Galvão. Estudou em Lisboa, no Liceu Pástor Manuel, e ingressou aos 18 anos na Escola de Guerra, donde saiu com o patente de alferes para ser colocado em Malta.

Tomou parte no levantamento de Sidónio Pais, depois foi preso e deportado para Angola. Regressou a tempo de lutar no 28 de Maio ao lado de Gomes da Costa e mais tarde desempenhou o cargo de governador da Huila. Permaneceu em Angola e Moçambique vários anos, como inspector superior da administração colonial e foi deputado à ex-celta Assembleia Nacional em 1935. Foi ainda director da Exposição Nacional e director de exposições e feiras coloniais.

Deixou ao estudo de problemas da política colonial e, quando a segunda guerra terminou, encontrava-se já em oposição ao regime que servia. Em 1947, em sessão secreta na Assembleia, deu a conhecer um relatório referente à questão dos nativos das colónias e denunciou publicamente as práticas escravagistas de que estas populações eram vítimas. No ano seguinte, fez uma interpegação directa ao Governo sobre o mesmo problema, acompanhado de um vigoroso ataque à complacência do regime.

Neste importante relatório, Henrique Galvão analisava aspectos candentes do colonialismo, denunciando a hemorragia demográfica, dando conta da decadência física dos homens submetidos, da falta de assistência, das condições de trabalho — "as mortes estão isenas do trabalho forçado" — da escravatura, das violências físicas, torturas e muitas vezes a morte, que os trabalhadores indígenas sofriam às mãos dos mandatários de um regime que os considerava apenas como abstrações inertes da balança comercial.

A elaboração do documento e os termos enérgicos com que eram verbeados os excessos actualizados, valeram a Henrique Galvão a abertura do diário, que daí para o futuro concitava contra o rebelde funcionário todas as desgraças que reservava aos dissidentes.

Com consequência imediata, Salazar ordenou um inquérito às actividades coloniais, esperando obter, do concurso de um juiz intimidado, o desmentido formal das acusações feitas por Galvão. Infelizmente para ele, o magistrado desviado para conduzir as investigações era íntegro e não aceitou subornos. O relatório secreto que confirmava as acusações e revelava ainda novos e mais escandalosos abusos da administração colonial, causou a demissão compulsiva do juiz e reforçou a certeza de que em África todos os crimes eram consentidos e até aplaudidos pelos que em Lisboa deles beneficiavam.

Henrique Galvão chegou ao fim do seu mandato parlamentar em 1949 e esperava as represálias que o regime não tardaria a desencadear contra a iminência, que como deputado lhe tinha permitido atacar frontalmente o ditador. Foi então a reforma do cargo de inspector administrativo, que lhe foi prontamente concedida.

Em 1951, após a morte de Carmona, Henrique Galvão surge de novo em cena política, como director das relações públicas do almirante Quintão Heuriques, candidato às eleições presidenciais. Embora renovando os ataques que atingiam duramente o prestígio de Salazar, a oposição não conseguiu manter a candidatura, mas os colaboradores mais próximos sofreriam, como era tradicional, as servícias que a polícia política não deixava de cobrar como ágio das vaidades democráticas.

O longo rosário das prisões

Em 6 de Janeiro de 1952, Henrique Galvão conhecia pela primeira vez as agruras da prisão, que havia de durar 7 anos e ser, então, espectacularmente interrompida pela fuga. Durante os primeiros 6 meses, em que foi mantido em incoerente liberdade, Galvão suportou as torturas e tentativas de destruição moral com redobrada coragem. Após a instrução do processo, foi transferido para um presídio militar e depois julgado por militares e civis designados pelo governo. A acusação resumia-se à "preparação de um mo-

vimento revolucionário, projectado para derrubar o regime". Declarou culpado, a condenação de 3 anos de prisão surgiu mais como uma vingança do regime do que em resultado das provas apresentadas em tribunal, à custa de prejuízo de testemunhas e outras manobras sombrias.

Preso na Trafaria, Galvão recorreu da sentença e o Supremo Tribunal Militar anulou-a. Mas não somente para abrir novo processo e fazer correr outro julgamento, desta vez à porta fechada, que confirmou a pena de 3 anos de prisão e lhe acrescentou a pena de direitos políticos por 15 anos e a da pena de reclusão. Dias depois, o condenado passou para Peniche, que classificava mais tarde como a mais horrível das prisões portuguesas e devido ao seu estado de saúde, foi alguns tempo depois internado na enfermaria da Penitenciária de Lisboa. Dessa prisão, destinada aos criminosos de direito comum e extremamente bem vigiada, Henrique Galvão conseguiu fazer imprimir e distribuir clandestinamente panfletos que denunciavam os crimes de totalitarismo. Novo processo, que durou 3 anos a instruir, teve da fome de 44 dias, torturas físicas e entorpecentes administradas pelo médico da prisão, passagens pelo Aljube e por Casais, novamente o campo de concentração de Peniche e, finalmente, o Hospital de Santa Maria.

Nun quarto com 12 metros quadrados de área, sem dois polícias à porta dia e noite, o preso passou 3 anos neste hospital-prisão à espera de julgamento, preparado uma fuga que havia de consumar-se e fazer tombar o ridiculo sobre o prestígio Nazi da polícia salazarista.

Já então o caso Galvão tinha transbordado das fronteiras e despertado a curiosidade, se não a simpatia, da opinião pública internacional. A imprensa estrangeira consentia livremente monstruosidades de um regime que, apesar do seu presente e dos seus antecedentes, continuava a receber visitas de cortesia de presidentes e monarcas reinantes, de chefes de estados ditos democráticos.

Surgia entretanto nova época eleitoral, e o general Humberto Delgado propunha-se manter a candidatura presidencial. Antes do início da campanha, realizou-se finalmente o julgamento de Henrique Galvão, 3 anos prisioneiro, que o condenou a 15 anos de prisão. O réu tinha então 63 anos, a saúde precária e uma vontade inquebrantável de resistir: "foi-me necessário lutar todos os dias para poder resistir — ou, melhor dizendo, matar-me um pouco todos os dias — para mostrar, especialmente a mim próprio, que ainda estava vivo", confessava Henrique Galvão.

Contando com a cumplicidade indispensável para distrair a atenção dos guardas, disfarçado com um bigode colado no lábio superior e sobraçando um estajo de médico, o preso lograra evadir-se do seu quarto-cela do Hospital de Santa Maria, numa aventura que seria romântica se não acentuassem o lado dramático da situação.

O sol da liberdade

"Em 15 de Janeiro de 1959 tudo estava pronto. Se a evasão tivesse êxito seria, evidentemente, uma notícia sensacional. Mas, tecnicamente, por assim dizer, não haveria nela nada de suficientemente extraordinário ou original para interessar a um amante de novelas de aventuras. No fundo, tudo dependia da distração, durante cinco minutos, de dois bandidos que eram muito mais feroces do que inteligentes e que nessa altura se sentiam totalmente seguros de si próprios e confiantes na sua superioridade e na minha inferioridade" — é como Galvão refere os momentos cruciais que precederam a fuga.

Eis os prisioneiros, que cremos sejam ainda desconhecidos da maioria das pessoas que, na época, se regozijaram ou simplesmente

riharam os dentes) perante a notícia da sensacional evasão.

Henrique Galvão, condenado a 18 anos de prisão que era, na prática, prisão perpétua, encontrava-se encarcerado desde 1952. O seu estado de saúde tinha determinado o internamento hospitalar, sob pena de morrer às mãos dos carcereiros das muitas prisões por onde andou, morte que, a acontecer, deturpava o halo de prestígio do regime seriamente comprometido nos meios políticos além-fronteiras, que de certo modo seguiam com interesse a odisséia do primeiro português que, em mais de 30 anos, havia ousado bater o pé ao ditador.

O cumprimento da primeira condenação de 3 anos tinha passado há muito e o preso, em vez de ter sido libertado, fora de novo condenado e desta vez com todo o peso e rigores de uma lei fantástica e fantasiosa, excogitada por mentalidades sinuosas e sempre seguras da impunidade que o regime do terror concedia aos seus executores materiais.

No seu quarto do 7.º andar do Hospital, com uma janela protegida por persiana metálica e, para além dela, uma parede lisa impossível de descer sem conveniente auxílio externo, Galvão sabia que só pela porta a fuga podia consumar-se. A atenção dos dois esbirros que a guardavam tinha de ser desviada, até que o recluso pudesse passar da janela de uma pequena casa de banho quase contígua, e por uma cornija externa a 7 andares de altura, para outra janela, de outro compartimento.

Foi o que o prisioneiro conseguiu fazer, entre a meia-noite e as duas horas, de 15 para 16 de Janeiro de 1959. A operação decorreu bem, segundo os planos maduramente estudados e com uma dose de audácia e sangue frio notáveis em homem sensível, de físico debilitado pela doença e pelo cativeiro.



Já na outra sala e em silêncio, um sobretudo, um bigode postiço e um estojo de cabedal de aspecto clínico foram os acessórios de um "décor" bem montado e que enganou, até, o porteiro do hospital: "Boa noite, senhor doutor". Dois minutos depois, o evadido corria pelas ruas de Lisboa que há 7 anos não pisava.

55 às 10 horas da manhã seguinte a fuga foi descoberta e a sensação que causou deu origem a um clima de efervescência e de exultação populares, como se o público se identificasse intimamente com o simbolismo de uma façanha que lançava o des-

crédito e o riso sobre a pomposa e todo-poderosa polícia política. Numerosas prisões foram feitas e era já quase uma certeza a recaptura, em curto lapso de tempo. Fronteiras e aeroportos minuciosamente vigiados, embaixadas estrangeiras onde podia ser pedido auxílio também com guarda à porta, o homem que ridicularizara a máquina policial acabaria por, contra toda a expectativa, burlá-la de novo em benefício pessoal.

Durante um mês, o fugitivo permaneceu escondido e em constante risco de captura ou de assassinio. Decidiu então que o

Luta inglória

Que luta para eu ser Eu
— o Eu, tal qual como sou;
o Eu da minha natureza,
assim, nem boa nem má,
humana, humana e mais nada!

E uma luta angustiosa,
travada em campos de bruma;
luta vã, luta inglória,
que não vê luzir a vitória,
nem sente esperança nenhuma;
uma luta num país
que desaprendeu de lutar;
uma luta só de perder
toda de ser e não ser.

Quero ser eu,
e não posso, por isso que o mundo me veja
ser sendo açúcia coisa
que os outros querem que eu seja.

Julho, 1956

(Poema de Henrique Galvão, integrado numa colectânea
inédita ("Grândes Serúdas") a publicar em breve).

caminho mais seguro para a liberdade efectiva seria o assio politico numa embaixada. A do Brasil estava fora de causa, pois tinha há poucos dias e não sem esforços e dificuldades de toda a ordem, assilado e então também já perseguido Humberto Delgado, mantendo-se o embaixador Alvaro Lima em constante tensão com o ditador.

Galvão opou pela embaixada da Argentina, que no entanto se encontrava encerrada e permanentemente guardada por grande número de agêntes da PIDE. Um estratagemma simples resultou, quer pela sua simplicidade, quer pela falta de perspicácia dos vigiántes: foi um dos homens da policia politica que indicou a porta de serviço ao carregador que, com uma serapilheira pela cabeça e uma grande caixa ao ombro, chegava para entregar mercadorias na embaixada, cerca das 11 horas da manhã e um mês depon da audaciosa evasão. Era evidentemente Henrique Galvão, que sujo e humilde (mas com duas

grandes pistolas nos bolsos) se apresentava como moço de frezes e lograva entrar no refúgio momentâneo da embaixada.

Apartar dos protestos do governo, o assio politico foi concedido imediatamente pelo coração diplomata argentino. Ao fim de 3 meses, em que a defesa do exilado foi intransigentemente mantida, o governo deu teve outra alternativa sendo conceder um visto para a sua saída do país. Em 13 de Maio, por entre alas de policia e com destacamentos militares a guardar o aeroporto, Henrique Galvão desceu a embaixada da Argentina e tomava finalmente o avião para Buenos Aires. E dele esta referência áquelles momentos: "A minha evasão estava agora realmente consummada. O céu estrilado e a terra banhada pelo luar de Maio representavam a única coisa bela em Portugal. A noite e a distância entre o céu e a terra oscilavam toda a realidade dos ultimos trinta anos. E enquanto voava, pensei num dia que sonhabeiria a luz do sol da liberdade."

Operação Dulcineia:

A aventura do "Santa Maria"

HENRIQUE GALVÃO chegou à Argentina em 59. Na mesma altura, o general Humberto Delgado tinha conseguido atingir o Brasil, onde havia uma grande colônia portuguesa e onde os opositores ao regime totalitário de Portugal eram muito mais numerosos do que em qualquer outro país da América Latina. Galvão tentou, por isso, radicarse no Brasil, onde inevitavelmente surgiriam sócios revolucionários que ele e o general Delgado, então amigos e ligados pela mesma ânsia de liberdade para a pátria que os esliava, tentariam catalisar para a acção.

Mas à frente do Brasil encontraramo-se comprometido com as democracias ocidentais, onde ditaduras mais ou menos subterfúlicas, estava o presidente Kubitschek de Oliveira, que a pedido de Salazar negou o visto de entrada a Henrique Galvão.

Então e perante as promessas mais ou menos tentadoras vindas da Venezuela, que incluíam a regência de um curso na Universidade de Caracas e o apoio polítmico e material da chamada Comissão Venezuelana pela Liberdade e Democracia Portuguesa, Galvão foi em Novembro desse ano para Caracas, ao encontro de grandes desapontamentos e reveses que o esperavam. Relações de com políticos e oportunistas de cores cinzentas, adúlteras sem capacidade organizadora e figurantes de terceira ordem no pequeno palco das querelas políticas.

O pequeno curso sobre estudos africanos só estaria disponível em Junho seguinte e, mesmo assim, seria fracamente compensador sob o ponto de vista monetário. Para viver, Henrique Galvão teve de aceitar emprego numa firma portuguesa que transaccionava em propriedades e foi contactando com portugueses e espanhóis, tão pobres como ele, mas animados de uma perseverança que os unia nos momentos mais difíceis. Começava a tomar forma, à custa de tremendas dificuldades, a operação a que os revoltosos chamaram "Dulcineia" e que o mundo conheceu como o assalto ao "Santa Maria".

Uma cruzada Romântica

A ideia surgiu na mente de Henrique Galvão quando, certa manhã, leu no jornal a notícia da próxima chegada ao porto venezuelano de La Guaira, do paquete "Santa Maria". Comunicou-a a outros membros da Direcção Revolucionária Ibrérica de Libertação, conhecida sob a sigla de DRIL, que agrupava espanhóis anti-franquistas e portugueses do Movimento Nacional Independente, chegado ao Brasil por Humberto Delgado e de que Galvão era representante na Venezuela.

A questão do apresamento de um navio, português ou espanhol, que entrasse na Venezuela foi discutida e projectada em função dos escassos meios de acção de que o grupo dispunha. A primeira fase do plano, imediatamente baptizado "Operação Dulcineia" por um punhado de românticos da liberdade, era de ponderação e estudo dos pontos exactos topográficos e do funcionamento do navio. Em cada paragem mensal do "Santa Maria" em La Guaira, Henrique Galvão e os seus companheiros visitaram o navio com passes de visitante fornecidos por uma agência de viagens, que também os apresentou com uma planta do barco e outras informações úteis, tais como abastecimentos e número e qualificação dos tripulantes.

Em breve, todos os segredos de construção e navegação do paquete português eram do conhecimento dos conspiradores, que em Julho de 1960 assentavam também na planificação táctica e estratégica a efectuar. Faltava ainda conseguir o dinheiro, cerca de 30 mil dólares, para as despesas com passagens, compra de armamento e manutenção dos 26 revolucionários que tomariam parte no golpe. Uma questão tão elevada estava fora das possibilidades dos conspiradores, que depois de meses de tentativas, privações e colectas entre simpatizantes pobres como Job, mal conseguiram reunir 6 mil dólares, uma parte dos quais ainda resultante de empréstimos de agiotas a 15 por cento ao mês.

Mais tarde, seria divulgado pelo governo português que a operação tinha sido financiada por potências de leste, interessadas na agitação violenta da "paz lusitana", afirmação obviamente falsa.

Que eram os "Comandos"

O comando que levou a cabo o assalto ao "Santa Maria" tinha sido previsto para cem homens, depois reduzidos para sessenta, ainda para trinta e, finalmente vinte e seis. Mesmo assim, só vinte e cinco executaram a operação pois, à última hora, as autoridades venezuelanas prenderam o radiotelegrafista por activismo político. Os outros eram: Camilo Tavares Mortágua, 27 anos, organizador desportivo e locutor de rádio; Jélio Ferreira de Andrade, 34 anos, serralleiro; Joaquim da Silva Paiva, 35 anos, maquinista naval; António de Almeida Fruoso, 20 anos, carpinteiro; Luis Manuel Mota de Oliveira, 35 anos, fotógrafo; Filipe Aleixo Viegas, 45 anos, motorista; José da Cunha Ramos, 18 anos, carpinteiro; Jélio Rodrigues, 19 anos, caixeiro; Leonardo, 33 anos, pedreiro; e ainda José Frias de Oliveira, Jorge Pestana de Barros, Graciano Esparrinha e Henrique Galvão, todos portugueses e os espanhóis e venezuelanos Rafael Ojeda Henriques, engenheiro, Fermín Suárez Fernández, motorista, Francisco Rico Leal, mecânico, Manuel Perez Rodriguez, construtor, Basilio Losada, carpinteiro, José Perez Martinez, construtor, Manuel Mazon Bravo, electricista, Luis Fernandez Ackermann, empregado de escritório, Jorge de Sotomayor, ex-oficial da marinha espanhola, Augusto Romera Rojo, anestesista,

Junquera de Ambia e ainda o engenheiro português César Mota.

Uma parte destes "comandos" embarcaram normalmente em La Guaira e outros clandestinamente em Curaçao. O "Santa Maria" entrou no porto venezuelano na manhã de 20 Janeiro de 1961 e chega à colónia holandesa no dia seguinte. No dia 22, domingo, larga de novo com rumo à América do Norte, levando já a bordo todos os companheiros, à 1,45 horas da manhã. Henrique Galvão deu ordem de ataque aos dois grupos de assalto em que os "comandos" se tinham dividido: um, comandado por Sotomayor, ocupou a sala de rádio, a ponte e a casa do leme; o outro, sob o comando de Galvão, dominou os oficiais e tripulantes do segundo coque.

Um dos oficiais que estava na ponte trouxe tiros com os revoltosos to-
do o êxito, entre 350 tripulantes que ofereceu re-

sistencial e foi morto, resultando ainda ferimentos para dois homens. Mais tarde, os revoltosos renderam homenagem à memória desse homem corajoso, que cumpria o seu dever e por ele morreu. Chamava-se Nascimento Costa.

Pouco depois, já com o domínio completo do navio, o comandante, pelo telefone interno, pediu a Henrique Galvão que descesse a falar com ele ao seu camarote, onde estava praticamente prisioneiro.

"No camarote encontrei um grupo pacífico, a maioria em pijama ou roupão de banho, com o capitão também em pijama, todos detronados, sem a mais leve resistência, um deles chorando como um bezerro abandonado — autênticos produtos de Salazar, tornados invertebrados pelo regime" — afirmou Galvão referindo-se ao seu encontro com a oficialidade do barco aprisionado, a qual propôs a rendição. Uma das alternativas era a de se considerarem prisioneiros de guerra, mas depois de breve conferência, os "altivos" oficiais do "Santa Maria" preferiam obedecer, sob palavra de honra e com lealdade, às ordens dos revoltosos.

"A escolha demonstrava uma tal bafeixa de carácter que tornava a palavra de honra desprezível, mas a decisão tornou-nos as coisas relativamente fáceis", continuava Galvão, a quem a cobardia de portugueses, oficiais de marinha, repugnava como lutador que foi toda a vida.

Com o governo do navio nas mãos, uma ordem à casa das máquinas fez mudar o rumo. Falavam quinze minutos para as 3 da manhã e a ordem por momentos quebrada repunha a normalidade à bordo, sem que os passageiros, recolhidos nos camarotes, se tivessem apercebido da mudança de comando ou de rota.

De manhã cedo, os revolucionários estavam preparados para a reacção dos passageiros, que surpreendentemente se convertera em movimento de simpatia, ao tomarem conhecimento de que se tratava de um acto político.

No dia 23, segunda-feira, acrias alterações de planos, pois o estado dos feridos agravava-se e, um deles, encontrava-se mesmo em perigo de vida. Poderia ser salvo se fosse desembarcado numa das Caraíbas, mas isso responderia a uma revelação da posição do navio.

Sob o prisma revolucionário, que era o dos homens empenhados numa missão de alerta ao mundo para as atrocidades do regime português, tal possibilidade estaria fora de causa, pelo risco que acarretava a todos os passageiros seguintes. Contudo, o barco aproximou-se a duas milhas da ilha de Santa Lucia e uma lancha a motor levou os feridos e 5 membros da tripulação. Depois, o "Santa Maria" fazia prosseguimento a toda a velocidade, em direcção a África. A tomada do navio ainda

não era conhecida mas não tardava a sê-lo: logo nessa noite emissoras de rádio difundiram notícias divorçadas e até contraditórias do que se estava a passar com o paquete português, e uma caça foi movida por unidades de guerra das marinhas americana e inglesa, logo depois auxiliadas por aviões.

Da parte do governo português, a reacção foi de manifesta surpresa logo seguida de raiva. Ergueu-se o imediato emfático, no mastro grande do navio dos "piratas" que assim se apropriavam de uma parcela de território nacional, uma execução sumária logo que fossem capturados.

A Perseguição

Além de unidades navais e áreas das forças americanas, outras da Venezuela, da Holanda e da Inglaterra iniciaram uma frenética busca pelo médio Atlântico. Salazar tinha conseguido o apoio da NATO, afirmando que na sequência do acto de pirataria, os passageiros estariam a ser chacinados pelos malfieiros. A esse irrisório, todos reconheceram, excepto os americanos, que não havia pirataria mas simplesmente uma revolta de portugueses, o bordo de um barco português que, no direito internacional, é uma parcela de território.

As seis de tarde de quarta-feira, o "Santa Maria" era localizado por um avião militar americano, que propôs a rendição de Henrique Galvão em nome do comandante da Esquadra Americana do Atlântico e a imediata mudança de rumo para San Juan de Porto Rico.

A recusa imediata admitia, contudo, conversações com o almirante a bordo do "Santa Maria", mas o almirante Denneson parecia pouco inclinado a servir de intermediário nas negociações com as Nações Unidas, a quem tinha sido pedido por rádio o reconhecimento da condição de rebeldes políticos em território português, em oposição ao governo legítimo e socialista do país.

O avião retirava-se pouco depois e a normalidade voltava à vida de bordo.

A opinião pública já nesta altura repudiava firmemente a tese de que os revoltosos do "Santa Maria" eram piratas. A imprensa e a rádio dos países livres manifestavam mesmo simpatia pela sua causa e o problema que se punha de imediato era a provisão de água do navio, com duração estimada para mais 5 dias apenas. O desembarque de passageiros, nunca recusado por Galvão mas até então objecto de negociação, seria feito no porto do Recife e efectuou-se realmente no dia 2 de Fevereiro.

O fim da Aventura

Embora rodeado por aparato poderio naval, no porto de Recife, o "Santa Maria" podia retirar água internacional logo que se desviasse. E que o governo brasileiro tinha, entretanto, sido confiado ao presidente Jânio Quadros e respeito a promessa feita pela rádio, durante as negociações.

Mas Henrique Galvão tinha cumprido a primeira fase da "operação Dulcinéia". No dia 3 de Fevereiro de 1961, abandonou o navio que tinha sido, durante 14 dias, o "Santa Liberdade", e juntamente com os seus companheiros e algumas tripulações, tomara adreção ao movimento, tomara-se refugiado político no Brasil, onde durante mais uma década de anos continuava a lutar pela democracia. Em a segunda fase da "operação Dulcinéia", que a morte não lhe permitira ser alcançada. Morreu em S. Paulo, sumariamente daquela cidade, pouco velho e quase esquecido, em 25 de Junho de 1973, poucos dias antes de completar os seus 60 anos de vida.

VICTOR DUMAS